Curso: Direito Período: 10º

Disciplina: **ÉTICA JURIDICA**

Créditos: 04 Carga Horária: 60h/a

|  |  |
| --- | --- |
| **EMENTA:**  |  |

Fundamentos da Ética. Constelações Éticas. Obras e Autores. Ética Profissional. Análise de Temas da Atualidade. Estudo crítico - reflexivo de obras. Ética Contemporânea. Estudo dos Dispositivos legais sobre o novo Estatuto do Advogado.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

1. Fundamentos da Ética:
2. Conceito;
3. Objetivo da Ética.
4. Constelações Éticas:
5. Finalidade da condição humana;
6. A teologia dos atos humanos;
7. A moral e a lei;
8. O dever e o Direito;
9. A consciência moral.
10. Obras e autores:
11. Antígona Sófocles;
12. A Apologia de Sócrates ( por Platão );
13. Críton;
14. Platão;
15. A República;
16. Platão;
17. Ética a Nicômacos;
18. Aristóteles;
19. O Príncipe. Maquiavel (Seminário).
20. Ética Profissional: Conceito de Ética Profissional;

1. A competição e a busca do poder;
2. Novo Código de Ética do Advogado (seminário);
3. As relações do Advogado com a sociedade;
4. A relação do Advogado com os clientes;
5. As relações do Advogado com o Juiz e o Promotor.
6. Análise de Temas da Atualidade:
7. Ética Jurídica e Social;
8. Revisão de textos de questões sobre Ética pertinente aos problemas do Brasil, do contexto jurídico e da sociedade atual.
9. Estudo crítico - reflexivo das obras:
10. A Lei - O Juiz - O Justo. Amilton Bueno de Carvalho;
11. O Imaginário do Jurista. Roberto Armando Ramos de Aguiar;
12. O Senhor Embaixador. Érico Veríssimo.
13. Ética Contemporânea:
14. Direito, Poder e Opressão. Roberto Armando Ramos de Aguiar;
15. O que é Justiça. Uma abordagem dialética. Roberto Amado Ramos de Aguiar;
16. O Processo. Frantz Kafka;
17. Vigiar e Punir. Michel Foucault;
18. Eu, Pierre Reviére que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão. Michel Foucault.
19. Estudo dos Dispositivos legais sobre o novo Estatuto do Advogado (OAB) - Seminário.

Curso: Direito Período: Optativa

Disciplina: **MEDICINA LEGAL**

Créditos: 04 Carga Horária: 60

**EMENTA:**

Noções Gerais. Peritos e perícias, Documentos Médicos, Antropologia Forense, Datiloscopia Forense, Sexologia Forense, Traumatologia Forense: conceito, classificação e importância médico legal. Laudo de Exame de Lesão Corporal. Laudo de Lesão Cadavérico. Laudo de Conjunção Carnal. Laudo de exame de atentado ao pudor. Laudo de aborto. Laudo de exame psiquiátrico. Laudo de exame de embriaguez alcoólica. Laudo de exame de investigação de paternidade. Laudo de insalubridade, acidente de trabalho, indenização, responsabilidade médica e outros do âmbito penal e civil, Tanatologia Forense, Psicopatologia Forense, Infortunística.

**CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS:**

1. UNIDADE 1. INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA MEDICINA LEGAL
2. UNIDADE 2. PERITOS E PERÍCIAS
3. UNIDADE 3. DOCUMENTOS MÉDICO-LEGAIS
4. UNIDADE 4. ANTROPOLOGIA FORENSE
5. UNIDADE 5.. DATILOSCOPIA FORENSE
6. UNIDADE 6. SEXOLOGIA FORENSE
7. UNIDADE 7. TRAUMATOLOGIA FORENSE
8. UNIDADE 8. TANATOLOGIA FORENSE
9. UNIDADE 9. PSICOPATOLOGIA FORENSE
10. UNIDADE 10. INFORTUNÍSTICA

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

FAVERO, F. Medicina legal: introdução ao estudo da medicina legal, identidade,

traumatologia, infortunística, tenatologia. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

GOMES, H. Medicina legal. Rio de Janeiro: F. Bastos, 1982.

ROMERO, José Odir. Roteiro de medicina legal. São José dos Campos: UNIVAP, 2002.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

ALCÂNTARA, Hermes Rodrigues de. Perícia médica judicial. São Paulo: Guanabara

Koogan, 2006.

MEREIRES, Julio Cézar; GOMES, Genival Veloso de. Erro médicoo: um enfoque sobre sua origem e suas consequências. Montes Claros: Unimontes, 1999.

SPANÓ, Elza; SANTOS, Márcia R. Medicina legal e genética aplicada à defesa penal. São Paulo: LTR, 1998.

Curso: Direito Período: Optativa

Disciplina: **ORATÓRIA**

Créditos: 04 Carga Horária: 60

**EMENTA:**

A importância de se comunicar bem. Linguagem oral e expressividade. Dicção, oratória e retórica. Desinibição. Estilos de comunicação. Fala em público. Etapas da apresentação. Roteiros. Como se comunicar com diferentes públicos. Como vencer o medo. Fatores que fazem diferença na apresentação ao público e contribuem para melhor apresentação em diferentes situações de comunicação interpessoal.

**CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS:**

1. UNIDADE 1 – A IMPORTÂNCIA DE SE COMUNICAR BEM

1.1 Cidadania e oportunidades

1.2 Tipos de comunicação

1.3 Modos verbal, não-verbal e simbólico

1. UNIDADE 2 – LINGUAGEM ORAL E EXPRESSIVIDADE

2.1 Interação face a face

2.2 Fala das mãos, dos olhos, gestual

2.3 Fala e aparência visual

1. UNIDADE 3 – DICÇÃO, ORATÓRIA E RETÓRICA

3.1 A voz e os sons da fala

3.2 Pronúncia das palavras

3.3 Respiração correta

3.4 Entonação da voz

3.5 Argumentação

3.6 Fala de improviso

1. UNIDADE 4 - DESINIBIÇÃO

4.1 Práticas de desinibição

1. UNIDADE 5 - ESTILOS DE COMUNICAÇÃO

5.1 Eixo racional

5.2 Eixo emocional

1. UNIDADE 6 - FALA EM PÚBLICO

6.1 Apresentações e tipos de linguagem

6.2 Postura e a entonação de voz

6.3 Uso de recursos audiovisuais

1. UNIDADE 7 - ETAPAS DA APRESENTAÇÃO – DISCURSO MODERNO

7.1 Introdução, desenvolvimento, conclusão

1. UNIDADE 8 - ROTEIROS

8.1 Modelos de roteiros para fala em público

8.2 Como se comunicar com os diversos públicos

8.3 Como vencer o medo

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

ALVES, Clair. A arte de falar bem. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

POLITO, Reinaldo. Assim é que se fala*.* São Paulo: Editora Saraiva. 2005.

SOUZA, Cláudio de. Curso de Oratória e Marketing Pessoal. Belo Horizonte: Editora

Líder, 2010.

STOCK, Sérgio. Fale sem medo*.* Porto Alegre. Editora Age. 2002.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

ARAÚJO FILHO, Ney Pereira de. Apresentações empresariais além da oratória:

técnicas para se comunicar claramente e obter sucesso empresarial. Rio de Janeiro:

Elsevier, 2009.

CARNEGIE, Dale. Como falar em público e influenciar pessoas no mundo dos negócios. Rio de Janeiro: Record, 2018.

CILETTI, Dorene. Marketing Pessoal. São Paulo: Cengage Learning, 2011. POLITO,

Rachel. POLITO, Reinaldo. 29 minutos para falar bem em público. Rio de Janeiro:

Sextante, 2015.

POLITO, Reinaldo. A influência da emoção do orador no processo de conquista dos

ouvintes. São Paulo: Saraiva, 2001.

WEIL, Pierre. O corpo fala: a linguagem silenciosa da comunicação não verbal.

Petrópolis: Vozes, 2009.

Curso: Direito Período: Optativa

Disciplina: **DISCIPLINA PRÁTICA PROCESSUAL TRABALHISTA**

Créditos: 04 Carga Horária: 60

**EMENTA:**

Visa esta disciplina estudar os princípios e singularidades da Prática Processual Trabalhista; prática forense no processo de conhecimento trabalhista, desde a instauração, passando pela instrução, sentença, recurso até a fase de execução, com o uso de situações simuladas e reais.

**CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS:**

1. UNIDADE 1 – DO DIREITO INDIVIDUAL E COLETIVO

1.1 Direito Processual individual e Coletivo

1. UNIDADE 2 - ELABORAÇÃO DE PEÇAS PROCESSUAIS

2.1 Recursos no processo do trabalho

2.2 Recurso ordinário

2.3 Recurso ordinário do procedimento sumaríssimo

2.4 Recurso ordinário no procedimento ordinário

2.5 Recurso adesivo

2.6 Agravos

2.7 Agravo de instrumento

2.8 Agravo de petição

2.9 Agravo regimental

2.10 Recurso extraordinário

2.11 Recurso de revista

2.12 Correição

2.13 Contrarrazões aos recursos

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

DELGADO, Maurício Godinho. Curso de direito do trabalho. 14.ed.. São Paulo/SP: LTR, 2015.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito Processual do Trabalho: doutrina e prática forense. 37.ed. São Paulo: Atlas, 2015.

REICH, José Antônio. Prática trabalhista: estratégia de estudo para o exame da ordem: comentários das questões das provas discursivas do RS/CESPE/UNB. 7.ed. Porto Alegre/RS: Sapiens, 2009.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BEZERRA LEITE, Carlos Henrique. Curso de direito processual do trabalho. 8.ed.. São Paulo/SP: LTR, 2010.

COSTA, José de Ribamar de. Direito Processual do Trabalho. São Paulo: LTR, 1996.

MALGARIN, Cláudio Alves. Curso Didático de Direito Processual do Trabalho. São Paulo: LTR, 1996. ProQuest, acessível em: http://search.proquest.com/index

Curso: Direito Período: 10º

Disciplina: **DIREITO AMBIENTAL**

Créditos: 04 Carga Horária: 60h/a

**EMENTA:**

Importância da disciplina. Direitos difusos. Propedêutica. Princípios. Responsabilidades. Bens ambientais. Competências.

Licenciamento. Zoneamento ambiental. Flora. Fauna. Recursos hídricos. Poluição ambiental. Direito de antena. Patrimônio genético.

Meio ambiente cultural. Meio ambiente artificial. Meio ambiente do trabalho. Direito processual ambiental. Direito criminal ambiental.

Curso: Direito Período: 10º

Disciplina: **DIREITO INTERNACIONAL II – COMUNITÁRIO E DA INTEGRAÇÃO**

Créditos: 04 Carga Horária: 60h/a

|  |  |
| --- | --- |
| **EMENTA:**  |  |

Apresentação e analise dos aspectos jurídicos e institucionais da União Europeia e do MERCOSUL. Objetivos, desenvolvimento e consolidação dos blocos. Importância dos tratados, protocolos e demais convenções internacionais.

Discussão do ordenamento jurídico da União Europeia e do MERCOSUL, bem como da supranacionalidade. Relações intercomunitárias. Negociações.

Solução de controvérsias. Armonização legislativa.

Curso: Direito Período: 10º

Disciplina: **ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO III**

Créditos: 10 Carga Horária: 150h/a

|  |  |
| --- | --- |
| **EMENTA:**  |  |

Visa esta disciplina preparar o aluno na Prática Processual do Trabalho; a organização judiciária do trabalho; os procedimentos nos dissídios individuais (ordinário e sumaríssimo) e coletivos de trabalho;

Provas no processo do trabalho; recursos no processo do trabalho; nulidades dos atos processuais; procedimentos especiais e processo de execução.

Curso: Direito Período: 10º

Disciplina: **DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL**

Créditos: 02 Carga Horária: 30h/a

**EMENTA:**

ORIGEM DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL:

O modelo austríaco-kelseniano; o modelo francês; o modelo norte-americano; a função protetora dos direitos fundamentais;

O DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL:

Conceito; superioridade das normas processuais constitucionais; Direito Processual Constitucional e Direito Processual Civil;

Direito Processual Constitucional e Direito Processual Penal; Direito Processual Constitucional e Procedimentos Administrativos;

PRINCÍPIOS DE DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL:

Legalidade; reserva de Lei; monopólio Estatal do Poder Jurisdicional; direito de Ação;. Plenitude de Defesa; devido Processo Legal;

Estabilidade dos Direitos Subjetivos; proporcionalidade/Razoabilidade; O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE BRASILEIRO:

Quanto ao Momento: preventivo; repressivo; quanto à modalidade: concentrado; difuso; misto; REMÉDIOS E AÇÕES CONSTITUCIONAIS EM ESPÉCIE:

Diferença entre remédios e garantias constitucionais; diferença entre remédios/ações protetores de direitos individuais e coletivos; remédios/Ações Protetores de Direitos Individuais;

Direito de Petição; Direito a Certidões; Habeas Corpus; Mandado de Segurança Individual; Mandado de Injunção Individual; Habeas Data; Remédios/Ações Protetores de Direitos Coletivos;

Direito de Petição; Mandado de Segurança Coletivo; Mandado de Injunção Coletivo; Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão: ação e omissão;

Ação Declaratória de Constitucionalidade; Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental; Ação Popular.

Curso: Direito Período: 10º

Disciplina: **DIREITO TRIBUTÁRIO II**

Créditos: 04 Carga Horária: 60h/a

|  |  |
| --- | --- |
| **EMENTA:**  |  |

Imposto De Renda. Patrimônio E Renda. Fatores De Produção. Remuneração. Acréscimos Patrimoniais. Transferências E Pagamentos De Capital.

Pagamentos E Transferências De Renda. Renda E Rendimento. Imposto De Renda. Regimes De Fonte E De Declaração. Regimes Financeiro E Econômico. Apuração Da Renda Liquida. Fato Gerador. Contribuinte. Imposto De Renda. Apuração

Do Lucro Real. Custo E Despesa. Inversão De Capital E Consumo. Noções Gerais De Contabilidade. Ativo, Passivo E Patrimônio Liquido. Apuração De Resultados. Receita E Lucro. Imposto Sobre Produtos Industrializados. Não Cumulatividade. Direito E Estorno De Credito. Fato Gerador. Contribuintes. Calculo E Escrituração. Imposto Sobre Circulação De Mercadorias E Serviços. Não Cumulatividade. Direito E Estorno De Credito. Fato Gerador. Contribuintes.

Calculo E Escrituração. Imposto Sobre Serviço. Fato Gerador. Regimes De Apuração. Lista De Serviços. Contribuintes. Base De Calculo E Alíquotas.

Lançamento. Calculo E Escrituração. Outros Impostos Federais, Estaduais E Municipais Integrantes Do Sistema Tributário Nacional. Sinopse Do Fato Gerador, Base De Calculo, Alíquota E Contribuinte.

Curso: Direito Período: 9º

Disciplina: **TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II - ORIENTAÇÃO**

Créditos: 02 Carga Horária: 30h/a

|  |  |
| --- | --- |
| **EMENTA:**  |  |

Fase de orientação voltada para pesquisa em busca do aperfeiçoamento do projeto para o futuro trabalho monográfico.

Pesquisa científica. Métodos de pesquisa e técnicas de pesquisa. Regras de apresentação gráfica.

Normas técnicas para o trabalho científico com base na ABNT.

Curso: Direito Período: 8º

Disciplina: **TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I - PROJETO**

Créditos: 02 Carga Horária: 30h/a

**CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS:**

1. Fase exploratória de uma pesquisa.
2. Normalização de teses, dissertações e trabalhos acadêmicos.
3. Pesquisa científica.
4. Métodos de pesquisa e técnicas de pesquisa.
5. Regras de apresentação gráfica.
6. Formação de citação.
7. Referências bibliográficas.
8. Projeto de pesquisa.
9. Construção do trabalho científico.
10. Construção da Monografia e do Artigo.

Curso: Direito Período: 9º

Disciplina: **DIREITO PROCESSUAL PENAL IV**

Créditos: 04 Carga Horária: 60h/a

**EMENTA:**

Nulidades. Aspectos gerais dos Recursos – Pressupostos Recursais Objetivos e Subjetivos – Juízo de Admissibilidade – Unirrecorribilidade Recursal – Forma Normal de Extinção dos Recursos – Forma Anormal de Extinção dos Recursos Prazos Recursais - Recursos em Espécie: Recurso de Apelação – Termo e Razões de Recurso – Recurso em Sentido Estrito –

Termo e Razões - Embargos Declaratórios – Embargos Infringentes – Embargos de Nulidade – Carta Testemunhável – Correição Parcial – Protesto Por Novo Júri – Agravo em Execução – Recurso Extraordinário – Recurso Especial - “Hábeas Corpus”. Mandado de Segurança.

Revisão Criminal. Execução Criminal.

,

Curso: Direito Período: 9º

Disciplina: **ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO II**

Créditos: 06 Carga Horária: 90h/a

|  |  |
| --- | --- |
| **EMENTA:**  |  |

Elaboração das seguintes peças processuais: Procuração por instrumento particular. Minuta de procuração por instrumento público.

Substabelecimento com reserva e sem reserva, no próprio instrumento ou em instrumento apartado; Petição inicial;

Despacho inicial: Manda emendar. Indefere.

1. Seguimento; Citação; Revelia. Resposta do réu: Contestação. Reconvenção. Exceções: Incompetência. Suspeição. Impedimento;

Despachos iniciais da contestação, reconvenção da exceção de incompetência, impedimento e suspeição; Impugnação ao valor da causa; Impugnação a AJG; Reconvenção; Incidente de falsidade; Ação declaratória incidental; Despacho inicial; Contrariedade à contestação; Audiência preliminar e saneador; Aspectos práticos da audiência de instrução e julgamento;

Sentença;

Recursos Cíveis: elaboração das seguintes - peças e procedimentos: Agravo retido. Agravo de instrumento.

Embargos declaratórios (1º e 2º grau). Apelação.

Embargos infringentes. Agravo regimental. Recurso especial.

Recurso extraordinário. Embargos de divergência;

Debates orais.

O estagiário deverá participar, no semestre, no mínimo, de uma audiência simulada de debates orais, trabalhando como advogado do autor, do réu e/ou juiz.

Curso: Direito Período: 9º

Disciplina: **DIREITO INTERNACIONAL I – PÚBLICO E PRIVADO**

Créditos: 04 Carga Horária: 60h/a

|  |  |
| --- | --- |
| **EMENTA:**  |  |

Discussão Análise conceitual acerca do Direito Internacional Público e Privado. Discussão da historicidade, evolução, aplicação e limitação das leis na esfera intertemporal e interespacial e a perspectiva do surgimento de novos paradigmas no direito internacional público e privado.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

AMORIM, Edgar Carlos. Direito Internacional Privado. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2003.

BATALHA, Wilson. Tratado Elementar do Direito Internacional Privado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1961.

BORCHARDT, Klaus-Dieter. O ABC do Direito Comunitário. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2000.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira (org.). – Coletânea de Direito Internacional, 3° ed. ampl., São Paulo: RT, 2005.

SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento & ACCIOLY, Hildebrando. - Manual de Direito Internacional Público, 15° ed., São Paulo: Saraiva 2002.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

ALEXANDRINO, Marcelo. Direito Administrativo. Impetus, 2004.

BOUCAULT, Carlos de Abreu. Direitos Adquiridos no Direito Internacional Privado. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1996.

CORREA, Antônio. MERCOSUL-soluções de conflitos pelos juízes brasileiros. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1967.

COMPARATO, Fábio Konder. – A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos, São Paulo: Saraiva 2001.

DOLIBGER, Jacob. Direito Internacional Privado. Rio de Janeiro: 1966.

HARGAIN, Gabriel & MIHALI, Daniel. – Direito do Comércio Internacional e Circulação de Bens no MERCOSUL, trad. Roberto de S. Madeira, Rio de Janeiro: Forense, 2003.

NUNES, Luiz Antônio Rizzato. Manual de Introdução ao Estudo do Direito. São Paulo: Saraiva 2000.

PIOVESAN, Flávia. – Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional, São Paulo: Ed. Max Limonad,, 2000.

REZEK, José Francisco. - Direito Internacional Público: Curso Elementar, 8° ed., São Paulo: Saraiva 2000.

SOARES, Guido F. Silva. – Curso de Direito Internacional Público, 2a ed., São Paulo: Atlas, 2004, vol. 1.

VENTURA, Deisy. – As assimetrias entre o MERCOSUL e a União Europeia. Os desafios de uma associação inter-regional, São Paulo: Manole, 2003.

Sites relevantes:

BRASIL: Página do Itamaraty: www.mre.gov.br

CIJ: http://www.icj-cij.org

Comité International de la Croix-Rouge: http://www.icrc.org

Relações internacionais: www.relnet.com.br

House of Representatives Internet Law Library: http://law.house.gov

Curso: Direito Período: 9º

Disciplina: **DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV**

Créditos: 04 Carga Horária: 60h/a

**EMENTA:**

Tutelas de urgência. Noções gerais, procedimentos cautelares.

Tutela antecipatória. Ações cautelares constritivas patrimoniais. Medidas nominalmente cautelares.

Poder geral de cautela. Cautelares em direito de família.

Liminares. Processo do consumidor. Inventário e partilha. Conceito. Características.

**OBJETIVO:**

Peculiaridades do inventário e arrolamento de bens. Procedimento. Inventariante. Termo de compromisso.

Remoção do inventariante. Primeiras declarações. Últimas declarações. Citações e impugnações. Avaliação e cálculo de custas e imposto. Pagamento de dívidas. Partilha. Colação. Arrolamento.

Averbação. Usucapião. Disposições gerais. Procedimento. Espécies. Requisitos da petição inicial. Citações e intimações. Intervenção do Ministério Público. Transcrição da sentença. Substituição Processual. Partes. Relação Jurídica. Sujeitos da relação Jurídica de direito material e processual. Substituição das partes. Rito. Intervenção de terceiros. Conceito de terceiro.

Noções gerais. Formas de intervenção. Oposição. Nomeação a autoria. Denunciação da lide. Chamamento ao processo. Assistência. Procedimentos. Prazos. Lei do inquilinato. Procedimento. Ação de despejo. Ação Renovatória.

Ação de alimentos. Noções gerais. Características. Obrigação de prestar alimentos. Direito a alimentos. Procedimento. Fixação dos alimentos.

Ação revisional de alimentos. Exoneração. Sentença. Coisa Julgada.

Curso: Direito Período: 9º

Disciplina: **DIREITO TRIBUTÁRIO I**

Créditos: 04 Carga Horária: 60h/a

|  |  |
| --- | --- |
| **EMENTA:**  |  |

O estado. O estado como ente político. O estado e o direito financeiro. O estado e a atividade financeira.

O estado e as necessidades coletivas e os bens e serviços públicos. O direito financeiro. Histórico e conceitos de direito financeiro.

Relações do direito financeiro com o Estado. Relações do direito financeiro com a atividade financeira.

Relações do direito financeiro com os demais ramos do direito. Fontes do direito financeiro. Atividade financeira.

Conceito de atividade financeira. Elementos integrantes da atividade financeira. Atividade financeira e as receitas públicas.

Conceito de receita pública e requisitos. Classificação das receitas públicas. Receitas Públicas na lei de responsabilidade fiscal.

Receitas Públicas na Lei 4320. A atividade financeira e as despesas públicas. Conceito de despesa pública e requisitos e estágios.

Despesa pública na lei de responsabilidade fiscal. Despesa na lei 4320. O direito financeiro e o planejamento. Plano Plurianual.

Conceito e finalidade. Lei de diretrizes orçamentárias. Conceito e finalidade. Orçamento público, conceito e finalidade.

Princípios orçamentários. A lei de responsabilidade fiscal utilizada no orçamento público e lei de diretrizes orçamentárias.

O crédito e dívida pública. Conceito de crédito e sua natureza jurídica. Conceito de dívida pública e espécies de dívida pública.

Relação entre crédito público e dívida pública. Tribunal de contas. Conceito e natureza jurídica do tribunal de contas. Funções do tribunal de contas.

Curso: Direito Período: 8º

Disciplina: **ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO I – ÁREA CIVIL**

Créditos: 05 Carga Horária: 75h/a

|  |  |
| --- | --- |
| **EMENTA:**  |  |

Elaboração das seguintes peças processuais: Procuração por instrumento particular. Minuta de procuração por instrumento público. Substabelecimento com reserva e sem reserva, no próprio instrumento ou em instrumento apartado;

Petição inicial; Despacho inicial:

Manda emendar. Indefere.

Seguimento; Citação; Revelia. Resposta do réu: Contestação. Reconvenção. Exceções: Incompetência. Suspeição. Impedimento;

Despachos iniciais da contestação, reconvenção da exceção de incompetência, impedimento e suspeição; Impugnação ao valor da causa; Impugnação a AJG; Reconvenção; Incidente de falsidade; Ação declaratória incidental;

Despacho inicial; Contrariedade à contestação; Audiência preliminar e saneador; Aspectos práticos da audiência de instrução e julgamento; Sentença; Recursos Cíveis: elaboração das seguintes - peças e procedimentos:

Agravo retido. Agravo de instrumento. Embargos declaratórios (1º e 2º grau). Apelação. Embargos infringentes.

Agravo regimental. Recurso especial. Recurso extraordinário. Embargos de divergência; Debates orais.

O estagiário deverá participar, no semestre, no mínimo, de uma audiência simulada de debates orais, trabalhando como advogado do autor, do réu e/ou juiz.

Curso: Direito Período: 8º

Disciplina: **DIREITO PROCESSUAL PENAL III**

Créditos: 04 Carga Horária: 60h/a

**CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS:**

1. Processo e Procedimento.
2. Procedimento Comum:
3. Processo de Competência de Juízo Singular
4. (Hipóteses, Procedimentos, denúncias, prazos, instrução, alegação, sentença).
5. Processo de Competência do Tribunal do Júri
6. Hipótese,
7. Competência do Tribunal do Júri,
8. Procedimento, sentenças de 1ª fase: pronúncia, impronúncia, desclassificação e absolvição, recurso, libelo, contrariedade, desaforamento, organização do júri, sessão de julgamento, procedimentos,
9. Atos iniciais, debates, quesitos, sentença de 2ª fase, recursos.
10. Procedimento Sumário: hipóteses, procedimentos, denúncia, instrução, alegações.
11. Processos Especiais: de crimes de falência, hipóteses, procedimento.
12. De crimes de responsabilidade de funcionário público, hipótese, procedimento.
13. De crimes de calúnia e injúria: hipóteses, crimes contra a honra.
14. De crimes contra a propriedade imaterial: hipóteses, crimes contra a propriedade imaterial, procedimento.
15. De restauração de autos: Hipóteses, extravio ou destruição dos autos.
16. De competência dos tribunais: hipóteses, competência originária dos tribunais, procedimento.
17. De crimes de tóxicos: hipóteses, crimes de tóxicos, procedimento.
18. De crimes de abuso de autoridade, hipóteses, procedimento.
19. De crimes contra a economia popular: hipóteses, procedimento.
20. De crimes contra o consumidor: hipóteses, procedimento.
21. De crimes eleitorais.
22. De fatos praticados por crianças e adolescentes, hipóteses, atos infracionais, procedimento.
23. Estatuto do Desarmamento –
24. Procedimento nos Crimes Hediondos –
25. Procedimentos Juizados Especiais Criminais –
26. Procedimento
27. Lei de Tóxicos –

Procedimentos da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

Curso: Direito Período: 8º

Disciplina: **DIREITO DO CONSUMIDOR**

Créditos: 04 Carga Horária: 60h/a

**CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS:**

1. Direito do Consumidor;
2. Noções básicas, histórico, conceitos; política nacional das relações de consumo, princípios e direitos básicos;
3. Responsabilidade do fornecedor, responsabilidade objetiva e subjetiva, vício e fato do produto ou serviço; prescrição e decadência; desconsideração da personalidade jurídica;
4. Práticas comerciais, oferta, publicidade, práticas abusivas, cobrança de dívidas;
5. Proteção contratual;
6. Sanções administrativas;
7. Infrações penais;
8. Defesa do consumidor em juízo;
9. Convenção coletiva de consumo.

Curso: Direito Período: 8º

Disciplina: **ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO I – ÁREA CIVIL**

Créditos: 05 Carga Horária: 75h/a

|  |  |
| --- | --- |
| **EMENTA:**  |  |

Elaboração das seguintes peças processuais: Procuração por instrumento particular. Minuta de procuração por instrumento público. Substabelecimento com reserva e sem reserva, no próprio instrumento ou em instrumento apartado;

Petição inicial; Despacho inicial:

Manda emendar. Indefere.

Seguimento; Citação; Revelia. Resposta do réu: Contestação. Reconvenção. Exceções: Incompetência. Suspeição. Impedimento;

Despachos iniciais da contestação, reconvenção da exceção de incompetência, impedimento e suspeição; Impugnação ao valor da causa; Impugnação a AJG; Reconvenção; Incidente de falsidade; Ação declaratória incidental;

Despacho inicial; Contrariedade à contestação; Audiência preliminar e saneador; Aspectos práticos da audiência de instrução e julgamento; Sentença; Recursos Cíveis: elaboração das seguintes - peças e procedimentos:

Agravo retido. Agravo de instrumento. Embargos declaratórios (1º e 2º grau). Apelação. Embargos infringentes.

Agravo regimental. Recurso especial. Recurso extraordinário. Embargos de divergência; Debates orais.

O estagiário deverá participar, no semestre, no mínimo, de uma audiência simulada de debates orais, trabalhando como advogado do autor, do réu e/ou juiz.

Curso: Direito Período: 8º

Disciplina: **DIREITO PROCESSUAL PENAL III**

Créditos: 04 Carga Horária: 60h/a

**CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS:**

1. Processo e Procedimento.
2. Procedimento Comum:
3. Processo de Competência de Juízo Singular
4. (Hipóteses, Procedimentos, denúncias, prazos, instrução, alegação, sentença).
5. Processo de Competência do Tribunal do Júri
6. Hipótese,
7. Competência do Tribunal do Júri,
8. Procedimento, sentenças de 1ª fase: pronúncia, impronúncia, desclassificação e absolvição, recurso, libelo, contrariedade, desaforamento, organização do júri, sessão de julgamento, procedimentos,
9. Atos iniciais, debates, quesitos, sentença de 2ª fase, recursos.
10. Procedimento Sumário: hipóteses, procedimentos, denúncia, instrução, alegações.
11. Processos Especiais: de crimes de falência, hipóteses, procedimento.
12. De crimes de responsabilidade de funcionário público, hipótese, procedimento.
13. De crimes de calúnia e injúria: hipóteses, crimes contra a honra.
14. De crimes contra a propriedade imaterial: hipóteses, crimes contra a propriedade imaterial, procedimento.
15. De restauração de autos: Hipóteses, extravio ou destruição dos autos.
16. De competência dos tribunais: hipóteses, competência originária dos tribunais, procedimento.
17. De crimes de tóxicos: hipóteses, crimes de tóxicos, procedimento.
18. De crimes de abuso de autoridade, hipóteses, procedimento.
19. De crimes contra a economia popular: hipóteses, procedimento.
20. De crimes contra o consumidor: hipóteses, procedimento.
21. De crimes eleitorais.
22. De fatos praticados por crianças e adolescentes, hipóteses, atos infracionais, procedimento.
23. Estatuto do Desarmamento –
24. Procedimento nos Crimes Hediondos –
25. Procedimentos Juizados Especiais Criminais –
26. Procedimento
27. Lei de Tóxicos –

Procedimentos da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

Curso: Direito Período: 8º

Disciplina: **DIREITO DO CONSUMIDOR**

Créditos: 04 Carga Horária: 60h/a

**CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS:**

1. Direito do Consumidor;
2. Noções básicas, histórico, conceitos; política nacional das relações de consumo, princípios e direitos básicos;
3. Responsabilidade do fornecedor, responsabilidade objetiva e subjetiva, vício e fato do produto ou serviço; prescrição e decadência; desconsideração da personalidade jurídica;
4. Práticas comerciais, oferta, publicidade, práticas abusivas, cobrança de dívidas;
5. Proteção contratual;
6. Sanções administrativas;
7. Infrações penais;
8. Defesa do consumidor em juízo;
9. Convenção coletiva de consumo.

Curso: Direito Período: 7º

Disciplina: **DIREITO EMPRESARIAL II**

Créditos: 04 Carga Horária: 60h/a

**CONTEÚDOS PROGRAMÁTCOS:**

1. Administração das Sociedades empresárias.
2. Dissolução e Liquidação das sociedades empresárias.
3. Modificações na estrutura jurídica das sociedades empresárias.
4. Relações entre sociedades; Tipos societários.
5. A sociedade limitada. Natureza e regime jurídico da sociedade limitada.
6. A sociedade Anônima.
7. Aspectos históricos.
8. Valores mobiliários.
9. A CVM.
10. Constituição.
11. O acionista.
12. A ação.
13. Constituição de direitos reais e outros ônus sobre as ações.
14. Resgate, amortização reembolso e custódia das ações.
15. Custódia das ações fungíveis.
16. Órgãos societários.
17. Administração da Companhia.
18. Relações de poder na Companhia.
19. O capital social.
20. Os resultados sociais.
21. Debêntures.
22. Partes Beneficiárias.
23. Bônus de subscrição.
24. Sociedades coligadas e controladas.
25. Grupos de sociedades.
26. Consórcio de sociedades.
27. Ações judiciais.
28. O estudo da Falência e da Recuperação Judicial e Extrajudicial, à luz na nova Lei de Falências nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.
29. Alterações, implicações e inovações quanto ao Decreto Lei Nº 76

Curso: Direito Período: 7º

Disciplina: **DIREITO PROCESSUAL PENAL II**

Créditos: 04 Carga Horária: 60h/a

**CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS:**

1. Provas. Exame de Corpo de Delito –
2. Perícias –
3. Peritos –
4. Interrogatório.
5. Confissão.
6. Perguntas ao Ofendido.
7. Prova Testemunhal.
8. Acareação.
9. Reconhecimento de Pessoas e Coisas.
10. Busca e Apreensão.
11. Indícios.
12. Prova Documental.
13. Sujeito da Relação Processual.
14. Prisão.
15. Liberdade Provisória.
16. Prisão em Flagrante.
17. Relaxamento da Prisão em Flagrante.
18. Prisão Preventiva -
19. Sentença.

Curso: Direito Período: 7º

Disciplina: **ESTAGIO EM MEDIAÇÃO**

Créditos: 02 Carga Horária: 30h/a

**EMENTA:**

O acesso à justiça a importância do estudo e análise de métodos alternativos de resolução de disputas como a arbitragem, a mediação e a negociação por intermédio de estudos práticos e modelos econômicos.

|  |  |
| --- | --- |
| **OBJETIVOS:** |  |

Demostrar-se-á as vantagens e desvantagens de cada métodos de resolução de disputas.

Examinar – se - á também a lei 9.307/96.

Mudança de paradigma. Princípios da Mediação. Atitudes do Mediador. Aplicabilidade da mediação.

Habilidades na comunicação. Técnicas à entrevista. Técnicas utilizadas em mediação: comunicação e negociação.

Técnicas de negociação. Estratégias utilizadas em negociação. Processo de Mediação. A Mediação Familiar.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

Cappelletti; Mauro. Garth; Bryant; Garth. Acesso à Justiça. Sergio Antônio Fabris Editor. Reimpresso 2002. Porto Alegre.

Morais; José Luís Bolzan de; Splengler; Fabiana Marion. Mediação e Arbitragem, Alternativas à jurisdição. Editora livraria do Advogado

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

Tartuce;Fernada. Mediação nos Conflitos Civis. Editora Método. São Paulo. 2008. Torres;Jasson Ayres .O Acesso à Justiça e soluções alternativas. Editora livraria do Advogado. 2005. Porto Alegre.

Six;Jean-François.Dinâmica da mediação. Editora Del Rey. 2001. São Paulo. Warat;Luis Alberto.O Ofício do Mediador. Editora Habitus. 2001. Florianópolis.

Breitman;Stella e Porto;Alice Costa. Mediação Familiar, uma intervenção em busca da paz. Editora criação Humana. 2001. Porto Alegre

Curso: Direito Período: 6º

Disciplina: **INFORMÁTICA**

Créditos: 04 Carga Horária: 60h/a

**CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS:**

1. Introdução a Informática –
2. Conceituação,
3. Processamento de Dados,
4. O Computador,
5. Memória,
6. Periféricos,
7. Microcomputadores,
8. Programas,
9. Vírus.
10. Internet – Surgimento,
11. World Wide Web,
12. Escolhendo um Provedor,
13. Recursos do Internet Explorer,
14. Sites para Pesquisa,
15. Correio Eletrônico.
16. Word - Janela de Trabalho,
17. Uso de Teclado nas Regras de Digitação,
18. Configuração de Página,
19. Formatação do Texto,
20. Formatação de Parágrafo,
21. Cabeçalho e Rodapé,
22. Bordas e Sombreamento, Tabulação,
23. Tabelas, Envelopes,
24. Etiquetas, Elementos Gráficos.
25. Excel – Janela de Trabalho,
26. Pastas de Trabalho do Excel,
27. Criação e Formatação de Planilha,
28. Fórmulas Simples e Compostas,
29. Referências, Gráficos e Figuras.
30. Powerpoint – Janela de Trabalho,
31. Ferramentas de Edição, Formas Geométricas,
32. Preenchimentos, Figuras, Exibição de Slides,
33. Transição de Slides,
34. Personalizando Animações..

Curso: Direito Período: 6º

Disciplina: **LABORATÓRIO JURÍDICO**

Créditos: 06 Carga Horária: 90h/a

**OBJETIVOS:**

Objetivos Gerais: Desenvolver o estudo que envolva a relação desse ramo especializado com o conjunto geral do Direito.

Examinar problemas reais e fictícios, a fim de aprimorar a técnica profissional, seu posicionamento no plano jurídico geral e suas relações com outros ramos do universo do Direito.

Objetivos Específicos: Oportunizar aos alunos, na cadeira de Laboratório Jurídico, uma correta compreensão da multiplicidade de peças na esfera civil, penal e trabalhista, facilitando, assim, ao educando, desincumbir-se satisfatoriamente de situações e problemas que envolvam as relações de trabalho.

**CONTEÚDO PROGRAMATICO:**

1. Preparar o aluno para o exercício da atividade jurídica;
2. Contribuir na formação profissional e conscientização da responsabilidade de sua atuação em total interação com a sociedade;
3. Desenvolver atividades reais e/ou simuladas com o intuito de aprimorar sua capacidade de interpretação e aplicação do direito.
4. Relacionar aspectos teóricos do ensino com as situações práticas apresentadas ao profissional do direito.
5. Ainda dar-se-á ênfase na elaboração de peças, técnicas de atendimento ao público,
6. Arrolamento de testemunhas, técnicas relacionadas a audiências com a participação dos alunos, de forma simulada e verídica.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

AVENA, Norberto Cláudio Pâncaro. Processo penal. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de direito processual do trabalho. 8. ed. São Paulo: LTR, 2010.

MARTINS, Sergio Pinto. Fundamentos de direito do trabalho. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2012

\_\_\_\_\_\_. Direito processual do trabalho: doutrina e prática forense; modelos de petições, recursos, sentenças e outros. São Paulo: Atlas, 2011.

NUCCI, Guilherme de Souza. Código de processo penal comentado. 13. ed. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 2014.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BONFIM, Edílson Mougenot. Curso de Direito Penal. 4º. Ed. Saraiva, 2009.

CARRION, Valentin. Comentários à consolidação das leis do trabalho. 32.ª ed. São Paulo: Saraiva 2002.

CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. 16º. Ed. Saraiva, 2009.

GOMES, Orlando; GOTTSCHALK, Elson. Curso de direito do trabalho. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1971.

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. Curso de Direito Processual do Trabalho. 3 vol. São Paulo: LTR, 1997.

**OUTRAS REFERÊNCIAS**

BONFIM, Edílson Mougenot. Curso de direito penal. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRASIL. CLT universitária . 2. ed. Porto Alegre: Sagra, 1994.

BRASIL. Código civil e código de processo civil. 4. ed. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, 2011.

BRASIL. Código de processo penal comentado. 10. ed.. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

CARRION, Valentin. Comentários à consolidação das leis do trabalho. 32. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

GOMES, Orlando; GOTTSCHALK, Elson. Curso de direito do trabalho. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1971.

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. Curso de direito processual do trabalho. 3 vol. São Paulo: LTR, 1997.

Curso: Direito Período: 6º

Disciplina: **DIREITO PROCESSUAL TRABALHO I**

Créditos: 02 Carga Horária: 30h/a

**OBJETIVOS:**

Gerais – Capacitar o discente como operador competente, capaz de atuar perante o Judiciário trabalhista com desenvoltura no processo de conhecimento, dissídios individuais, bem como em dissídios coletivos no Processo do Trabalho. Além de proporcionar o conhecimento das diversas fontes e institutos do Direito Processual do Trabalho, sob a ótica do eixo transversal dos direitos fundamentais.

Específicos – Oportunizar ao acadêmico o manuseio da legislação, de códigos, Constituição Federal e CLT, CPC como fonte subsidiária no processo trabalhista.

**CONTEÚDO PROGRAMATICO:**

1. Conceitos e princípios.
2. Organização judiciária da Justiça do Trabalho;
3. Ministério Público do Trabalho;
4. Legitimação;
5. Dissídios: Individuais e Coletivos;
6. Procedimentos Específicos.
7. Atos processuais Dissídios Individuais:
8. Reclamação; jus postulandi; partes; C
9. Capacidade processual, legitimidade, representação,
10. Substituição, litisconsórcio e intervenção de terceiros.
11. Defesa: Exceções, preliminares, mérito e reconvenção.
12. Preclusão: conceito, tipos, e distinção entre perempção,
13. Decadência e prescrição. Provas.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

GIGLIO, Wagner D. e CORRÊA, Claudia Giglio Veltri. Direito Processual do Trabalho. 16.a ed., revista, atualizada e ampliada,. São Paulo: Saraiva 2007.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito Processual do Trabalho: doutrina e prática forense. 32ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito Processual do Trabalho. 21ª Saraiva, 2002.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

CASTELO, Jorge Pinheiro. O Direito Processual do Trabalho, na Moderna Teria Geral do Processo. LTR, 1996.

COSTA, José de Ribamar de. Direito Processual do Trabalho. LTR, 1996. MALGARIN, Cláudio Alves. Curso Didático de Direito Processual do Trabalho. LTR, 1996.

**OUTRAS REFERÊNCIAS:**

Periódico Direito e Justiça, da Faculdade de Direito da PUCRS, disponível na Biblioteca. Portal Domínio Público:

<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.jsp> Portal de periódicos da CAPES: http://www.periodicos.capes.gov.br/

ProQuest, acessível em: http://search.proquest.com/index

Revista Jurídica do Centro Universitário da Grande Dourados - UNIGRAN, Estado de Minas Gerais, disponível na Biblioteca.

Boletim da Associação dos Advogados de São Paulo, disponível na Biblioteca. Revista da Escola de Advocacia Geral da União, disponível na Biblioteca. Revista da OAB/RS, disponível na Biblioteca.

Revista da Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul, disponível na Biblioteca. Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, disponível na Biblioteca.

Revista Universitas/Jus, da Faculdade de Direito da UNICEUB, Brasília, DF. Disponível na Biblioteca.

Curso: Direito Período: 6º

Disciplina: **DIREITO PROCESSUAL PENAL I**

Créditos: 04 Carga Horária: 60h/a

**CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS:**

1. Introdução ao Estudo do Processo Penal. Inquérito Policial.
2. Ação Penal. Ação Civil Ex-Delito.
3. Competência. Jurisdição.
4. Questões e Processos Incidentes.
5. Questões Prejudiciais.
6. Incompatibilidade e Impedimentos.
7. Conflitos de Jurisdição.
8. Restituição de Coisas Apreendidas.
9. Medidas Assecuratórias.
10. Incidente de Falsidade e Incidente de Insanidade Mental.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

BOSCHI, José Antônio Paganella. Ação Penal. Editora Aide. 1998.

FILHO, Fernando da Costa Tourinho. Processo Penal. Editora Saraiva. 2000. CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. São Paulo. Saraiva., 2010 NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado. RT. 2008

Curso: Direito Período: 6º

Disciplina: **DIREITO EMPRESARIAL I**

Créditos: 02 Carga Horária: 30h/a

**CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS:**

1. Característica do empresário (novo Código Civil).
2. Da capacidade, da caracterização e da inscrição do empresário;
3. o estabelecimento empresarial; o nome empresarial;
4. os prepostos e a responsabilidade do empresário.
5. A escrituração contábil e seu valor probante.
6. Teoria Geral das sociedades.
7. Personalização das sociedades.
8. Desconsideração da Personalidade Jurídica.
9. Natureza Jurídica do ato constitutivo das sociedades empresárias.
10. Noções sobre sociedades cooperativas, sociedade nacional e estrangeira.
11. As sociedades empresárias (Novo Código Civil).
12. Classificação das sociedades empresárias.
13. Deveres e responsabilidades dos sócios.
14. Direitos dos sócios.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

COELHO, Fábio Ulhoa. Manual de direito comercial: direito de empresa. São Paulo: Saraiva 2011.

MAMEDE, Gladston. Manual de direito empresarial. São Paulo: Atlas, 2011. REQUIÃO, Rubens. Curso de direito comercial. Volumes I. São Paulo: Saraiva 2011.

\_\_\_\_\_\_\_. Curso de direito comercial. Volumes II. São Paulo: Saraiva 2011.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

FRAGOSO, Daniella M. N. R. Sociedades por ações: constituição. São Paulo: Atlas, 2008.

GEVAERD, Jair; TONIN, M. M. Direito empresarial e cidadania: questões contemporâneas. Curitiba: Juruá, 2004.

ROTHSHILD, Emma. Sentimentos econômicos: Adam Smith, Condorcet e o Iluminismo. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SEN, Amartya. Sobre ética e economia. São Paulo: Cia das Letras, 1999. SMITH, Adam. Riqueza das nações. Rio de Janeiro: Ediouro, 1986.

\_\_\_\_\_\_\_. Teoria dos sentimentos morais. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

Curso: Direito Período: 6º

Disciplina: **DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

Créditos: 02 Carga Horária: 30h/a

**EMENTA:**

Direito da Seguridade Social: Origens e evolução no Mundo e no Brasil. Conceito e divisão, princípios do direito da seguridade social, princípios específicos da previdência social, princípios específicos do custeio, princípios constitucionais gerais. Conteúdo, fontes e autonomia. Aplicação das normas de seguridade social quanto à hierarquia, integração, interpretação e vigência.

Regimes Previdenciários: Regime Geral de Previdência Social, Regime Próprio dos Servidores Efetivos, Regime de Previdência Oficial Complementar e Regime de Previdência Privada. Custeio da Seguridade Social.

Contribuintes da Seguridade Social. Segurados do Regime Geral de Previdência Social, obrigatórios e facultativos. Prestações e serviços da Previdência Social e da Assistência Social. Acidente do Trabalho e doenças ocupacionais. Prescrição e decadência previdenciária. Competência para as ações previdenciárias. Tendência do Direito Previdenciário.

**OBJETIVOS:**

Gerais - Oportunizar ao discente melhores condições do conhecimento das relações com a seguridade social, bem como obter uma visão global do Direito Previdenciário, além de proporcionar o conhecimento das diversas fontes e institutos deste ramo do Direito, sob a ótica do eixo transversal dos direitos fundamentais.

Específicos – Habilitar o discente ao conhecimento das leis da seguridade social; Proporcionar a interpretação e a prática das leis da seguridade social; Levar ao raciocínio da justiça na aplicabilidade das leis da seguridade social;

**CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS:**

1. INTRODUÇÃO:
	1. Evolução histórica do Direito Previdenciário.
	2. Evolução no Mundo.
	3. Evolução histórica do Direito
	4. Previdenciário (continuação).
	5. Evolução no Brasil;
	6. Evolução da denominação do Direito Previdenciário e natureza jurídica.
2. A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E A SEGURIDADE SOCIAL:
	1. Conceito;
	2. Princípios da seguridade social;
	3. Princípios específicos da previdência social;
	4. Princípios específicos do custeio;
	5. Princípios constitucionais gerais.

1. SEGURIDADE SOCIAL:
	1. Conteúdo, fontes e autonomia;
	2. Aplicação das normas de seguridade social quanto à hierarquia, integração, interpretação e vigência.
	3. Renúncia no direito da seguridade social.

1. DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS:
	1. Regime Geral da Previdência Social – RGPS. Regime Próprio dos Servidores

 Efetivos. Regime de Previdência Oficial Complementar. Regime de Previdência Privada.

1. REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES EFETIVOS (art. 40º da CF e Lei 8.112/9 – Estatuto do Servidor Público Federal)
2. REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
	1. Segurados obrigatórios e facultativos.
	2. Prestações previdenciárias:
	3. Aposentadoria por invalidez.
	4. Aposentadoria por idade.
	5. Auxílio-doença.
	6. Salário-família.
	7. Salário-maternidade.
	8. Auxílio-acidente.
	9. Pensão por morte.
	10. Auxílio-reclusão.
	11. Serviço social.
	12. Reabilitação profissional.
	13. Acidente do trabalho e suas repercussões nas relações de trabalho e nas relações previdenciárias.
	14. Responsabilidade civil do empregador.
	15. Prescrição previdenciária.
	16. Decadência Previdenciária.
	17. Competência para as ações previdenciárias.
	18. Tendência do Direito Previdenciário

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

BRASIL. CLT, Legislação Previdenciária, CPC e CF, 2010 (Saraiva ou RT – 4e1) CASTRO, Carlos Alberto Pereira de, LAZZARI, João Batista, Manual de Direito Previdenciário, 10.ª ed. Florianópolis, Conceito Editorial, 2008.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. Comentários à Lei Básica da Previdência Social, 6.ª ed. São Paulo, LTr, 2003.

\_\_\_\_\_\_\_\_. Princípios de Direito Previdenciário, 4.ª ed. São Paulo, LTr, 2001. OLIVEIRA, Aristeu. Manual Prático de Previdência Social, 12.ª ed. São Paulo. Atlas, 2004.

FORTES, Simone Barbasian, PAULSEN, Leandro. Direito da Seguridade Social, Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2005;

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BALERA, Wagner. Curso de Direito Previdenciário, 5.ª ed. São Paulo, LTr, 2002. CAMPOS, José Luiz Dias, CAMPOS, Adelina Bitelli Dias. Acidentes do Trabalho. São Paulo, LTr, 1991.

CAMPOS DE OLIVEIRA, Moacyr Velloso. Previdência Social. Doutrina e exposição da legislação vigente. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1988.

COIMBRA, Feijó. Direito Previdenciário Brasileiro. Rio de Janeiro,Trabalhistas, 1991. DELGADO, Ignácio Godinho. Previdência Social e Mercado no Brasil. São Paulo, LTr,

FARINELI, Alexsandro M. Petições Previdenciárias Comentadas. 1.ª Ed. Leme São Paulo: Mundo Jurídico, 2007.

FELIPE, Jorge Franklin Alves. Previdência Social na Prática Forense. 5ªª ed., Rio de Janeiro, ed. Forense,

FERNANDES, Annibal. Previdência Social anotada. São Paulo. Edipro, 1993. GONÇALVES, Odonel Urbano. Manual de Direito Previdenciário. São Paulo, Atlas, 4a ed., 1997.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. A Seguridade Social na Constituição Federal. São Paulo, LTr, 1992.

\_\_\_\_\_\_\_\_. Curso de Direito Previdenciário, 2.ª ed. São Paulo, LTr, 2001. OLIVEIRA, Aldemir - A Previdência Social na Carta Magna. São Paulo. Ltr, 1997. PAIXÃO, Floriano. A Previdência Social em perguntas e respostas, 39.ª ed. Porto Alegre, Síntese, 2002.

PRUNES, José Luiz Ferreira. A prescrição no Direito do Trabalho. São Paulo, LTr, 1990.

SALIBA, Tuffi Messias e SALIBA, Sofia C. Reis. Legislção de Segurança, Acidente do Trabalho e saúde do Trabalhador, 2.ª ed. São Paulo, LTr, 2003.

TSUTIYA, Augusto Massayuki. Curso de Direito da Seguridade Social. 1.ª Ed. São Paulo: Saraiva 2007.

VIEIRA, Jair. Regulamento da Previdência Social. Bauru, Edipro, 1994.

VIEIRA, Marco André Ramos. Manual de Direito Previdenciário, 2.ª ed. Rio de Janeiro, Impetus, 2002.

Curso: Direito Período: 5º

Disciplina: **DIREITO DO TRABALHO I**

Créditos: 04 Carga Horária: 60h/a

**CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS:**

1. Parte geral.
2. Evolução histórica.
3. Princípios norteadores do direito do trabalho.
4. Relação de emprego.
5. Requisitos da relação de emprego Empregado.
6. Empregador. Terceirização.
7. Cooperativas de trabalho - art. 442 da CLT.
8. Contrato individual de trabalho.
9. Características e elementos do contrato de trabalho.
10. Contrato por prazo indeterminado e determinado (art. 443 da CLT).
11. Contratos especiais por prazo determinado.
12. Alteração do contrato de trabalho.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

CAMINO, Carmem. *Direito individual do trabalho.* Porto Alegre: Síntese, 2003.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito do trabalho. São Paulo: Saraiva 2002.

PINTO, Sérgio Pinto Martins. *Direito do trabalho.* São Paulo: Atlas, 2000;

RUSSOMANO, Mozart Victor. *Direito do Trabalho.* Curitiba: Juruá, 1997;

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BARROSO, Luís Roberto. *Interpretação e aplicação da constituição.* São Paulo: Saraiva 1999;

FORMIGA, Gualdo Amauri. Curso *de atividades de departamento pessoal.* São Paulo: Ltr, 1997;

GOMES, Orlando e GOTTDCHALK, Élson. Curso *de Direito do Trabalho.* **14. ed.** Rio de Janeiro: Forense, 1997;

SARLET, Ingo Wolfgang Sarlet.  *Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988.* Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001;

SÜSSEKIND, Arnaldo, MARANHÃO, Délio, VIANNA, Segadas e TEIXEIRA, Lima. *Instituições de Direito do Trabalho.* São Pauto: Ltr, 1997.

**OUTRAS REFERÊNCIAS:**

*sites* importantes na área de conhecimento e *software*

multimeios (CDs, DVDs, CDs-ROM )

base de dados (eletrônicos e/ou *online*)

periódicos (jornais, revistas,informativos)

maiores eventos da área (conferências, jornadas, seminários, etc.)

Curso: Direito Período: 5º

Disciplina: **DIREITO PENAL IV**

Créditos: 04 Carga Horária: 60h/a

**CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS**

1. Crimes contra os Costumes.
2. Crimes contra a Fé Pública.
3. Crimes contra a Administração Pública. Crimes de Abuso de Autoridade.
4. Leis Especiais que tratam de crimes contra a Administração Pública.
5. Crimes do E.C.A.
6. Crimes referentes ao Porte e Registro de Armas de Fogo (Lei 9.437/97).

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

COSTA JÚNIOR, Paulo José da. Comentários ao Código Penal. São Paulo. Saraiva. 2002.

MIRABETTI, Júlio Fabrini. Manual de Direito Penal. Saraiva. 2000.

CAPEZ, Fernando. Manual de Direito Penal. São Paulo. Saraiva. 2002.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

THUMS, Gilberto. Código Penal Anotado: abordagem objetiva – Porto Alegre. Sapiens. 2010

DELMANTO, Celso. Código Penal Comentado. Rio de Janeiro. Renovar. 1998.

NUCCI, Guilherme de Souza. Código Penal Comentado. São Paulo. Revista dos Tribunais. 2002.

CARVALHO, Salo de. Penas e Garantias: Uma leitura do garantismo penal de Luiji Ferrajoli no Brasil. Rio de Janeiro. Lúmen Júris. 2001.

GOMES, Luiz Flávio e JESUS, Damásio Evangelhista. Assédio Sexual. Rio de Janeiro. 2000.

Curso: Direito Período: 5º

Disciplina: **TEORIA GERAL DO PROCESSO**

Créditos: 04 Carga Horária: 60h/a

**CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS:**

1. Propedêutica Processual.
2. Ciência do processo.
3. Princípios de direito processual.
4. Disciplina normativa do direito processual.
5. Teoria geral do processo.
6. Teoria geral da jurisdição.
7. Teoria geral da competência.
8. Teoria geral da ação.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

GRINOVER, Ada Pelegrini; ARAÚJO CINTRA, Antônio Carlos; DINAMARCO, Cândido Rangel. Teoria Geral do Processo. São Paulo: Editora RT. 26ºed. 20010

CARNEIRO, Athos Gusmão. Jurisdição e Competência. São Paulo: Saraiva. 8º 2007.

DINAMARCO, Cândido Rangel. Instrumentalidade do Processo. São Paulo: Malheiros. 1995.

ALVIM, Arruda. Direito Processual Civil. São Paulo: R.T. (vol.1 e 2 ou vol. Único) 12º 2010.

NERY JÚNIOR, Nelson. Princípios do Processo Civil na Constituição Federal. São Paulo: RT. 7ed. 2007

CAPPELLETTI, Mauro. Acesso à justiça. Trad. Hellen Grace Northfleet. Porto Alegre: SAFE. 1988.

THEODORO JUNIOR, Humberto. Direito Processual Civil. v. 1, Rio de Janeiro: forense. 41. 2005.

ROCHA, José de Albuquerque. Teoria Geral do Processo. São Paulo: Atlas. 8º 2007 SILVA, Ovídio Araújo Baptista da. Curso de Processo Civil. Vol. I. São Paulo: Editora RT. 4º 1998.

Curso: Direito Período: 6º

Disciplina: **DIREITO CIVIL V**

Créditos: 04 Carga Horária: 60h/a

**CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS:**

1. Posse,
2. Direito das Coisas,
3. Direito Especiais e Reis,
4. Teoria e Classificação da Posse,
5. Posse Direta e Indireta de Boa e Má-fé,
6. Aquisição e Perda da Posse, Efeitos da Posse,
7. Proteção Possessória,
8. Benfeitorias.
9. Propriedade em Geral.
10. Propriedade móvel, acessões, usucapião, direito de vizinhança, uso nocivo da propriedade, árvores limítrofes, passagem forçada, códigos de águas, direito de construir, aquisição e perda de propriedade móvel e imóvel, condomínio convencional e condomínio sobre edificações.
11. Direitos reais sobre coisas alheias, direito de uso e fruição, enfiteuse, servidões prediais, usufruto, uso, habitação, rendas sobre imóveis, direitos reais e garantia, penhor, anticrese, hipoteca alienação fiduciária, compromisso de compra e venda e retrovenda.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

DINIZ, M. H. Curso de direito civil brasileiro: direito das coisas. São Paulo: 23ª Edição. Saraiva, 2007

VENOSA, Silvio Salvo, Direito das Coisas, 3ª Edição. Ed. Saraiva – 2003 GAGLIANO, Pablo Stolze e PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil, São Paulo. 1ª Edição. Ed. Saraiva-2003

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Civil – Direito das Coisas. 1ª Edição. São Paulo. Ed. Saraiva 2005

CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO. Edição 2011.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

RODRIGUES, Sílvio, Curso de Direito Civil. Direito das Coisas. São Paulo. 28ª Edição. Ed. Saraiva-2004

GONÇALVES, Carlos Roberto, Direito Civil Brasileiro. Direito das Coisas. 1ª Edição. São Paulo. Ed. Saraiva-2006

PEREIRA Caio Mario da Silva. Instituições de Direito Civil. Rio de Janeiro. 18ª Edição Ed. Forense 2003

COELHO, José Fernando Lutz. Condomínio Edilício. Teoria e Prática. Porto Alegre. 1ª Edição. Ed. Do Advogado 2006.

Curso: Direito Período: 6º

Disciplina: **DIREITO PROCESSUAL CIVIL I**

Créditos: 04 Carga Horária: 60h/a

**CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS:**

1. Noções Gerais.
2. Princípios do Direito Processual Civil.
3. Representação.
4. Atos de Comunicação Processual.
5. Prazos Processuais.
6. Nulidades.
7. Procedimento.
8. Processo.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. Forense. Rio de Janeiro. 2006.

DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de Direito Processual Civil. Malheiros Editores. São Paulo. 2004.

SANTOS, Ermane Fidélis dos. Manual de Direito Processual Civil. Saraiva. São Paulo. 2006. Código Processual Civil

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

DALL AGNOL JR, A.J. Invalidades Processuais. 2002

FABRÍCIO, A.F. Doutrina e Prática do Procedimento Sumaríssimo. 2000

SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras Linhas de Direito Processual Civil. 1998.

SILVA, O.B. Comentário ao Código de Processo Civil. 2000.

GRECO, FILHO, Vicente. Direito Processual Civil Brasileiro. Saraiva. São Paulo. 2006

Curso: Direito Período: 6º

Disciplina: **DIREITO DO TRABALHO II**

Créditos: 02 Carga Horária: 30h/a

**CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS:**

1. Remuneração e salário: conceito, formas, modos de pagamentos, 13° salário, salário mínimo e salário profissional, salário-família, adicionais, proteção legal do salário, equiparação e participação nos lucros e resultados.
2. Trabalho da mulher e do menor: proteção, duração, trabalho noturno, repousos obrigatórios, proteção à maternidade e ao trabalho do menor.
3. Direito administrativo do trabalho: inspeção do trabalho, identificação profissional, medicina e segurança do trabalho, nacionalização do trabalho, infrações e penalidades.
4. Direito coletivo do trabalho: o seu conceito, a organização sindical, o registro sindical, a administração do sindicato, a negociação coletiva e contrato coletivo, a greve.
5. Previdência social: noções básicas.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

CLT, com Legislação Complementar, 2011.

MARTINS, Sergio Pinto. Direito do Trabalho. 23ª edição. São Paulo: Atlas, 2007. NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito do trabalho. 22.ª ed., rev. e aum. São Paulo: Saraiva 2007.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Iniciação ao Direito do Trabalho, 33.ª ed.. São Paulo: LTR, 2007.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

CARRION, Valentin. Comentários à consolidação das leis do trabalho. 36.ª ed.,. São Paulo: Saraiva 2011.

DELGADO, Mauricio Godinho, Curso de Direito do Trabalho, 10.ª ed., São Paulo: LTr. 2011.

GIGLIO, Wagner D. Justa causa. 4.ª ed., rev. e amp.. São Paulo: LTR, 1993. GOMES, Orlando; GOTTSCHALK, Elson. Curso de direito do trabalho. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1971.

PAMPLONA FILHO, Rodolfo; VILLATORE, Marco Antônio Cesar. Direito do Trabalho Doméstico. 4ª ed. São Paulo: LTR, 2011.

PLÁ RODRIGUEZ, Américo. Princípios do direito do trabalho. 1.ª edição, 4.ª tiragem. Trad. Wagner D. Giglio. São Paulo: LTR, 1996. \*

PRUNES, José Luiz Ferreira. Terceirização do trabalho. Curitiba: Juruá, 1995. RUSSOMANO, Mozart Victor. Comentários à consolidação das Leis do Trabalho. 13.ª ed. rev. e atual., 2 v. Rio de Janeiro: Forense, 1990.

Curso: Direito Período: 5º

Disciplina: **DIREITO CIVIL IV**

Créditos: 04 Carga Horária: 60h/a

**CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS:**

1. Dos contratos em geral.
2. Estudo da Teoria Geral dos Contratos.
3. Visão estrutural dos Contratos.
4. Principiologia.
5. Função Social do Contrato.
6. Boa-fé objetiva.
7. Formação dos Contratos.
8. Classificação dos Contratos.
9. Contrato Preliminar, Contrato Atípico.
10. Interpretação dos Contratos.
11. Vícios Redibitórios. Evicção.
12. Extinção do Contrato.
13. Exceção do Contrato Não Cumprido.
14. Teoria da Imprevisão e Resolução por Onerosidade Excessiva.
15. Da aplicabilidade do CDC no âmbito contratual.
16. Da formação dos contratos.
17. Dos contratos em espécie. Da compra e venda.
18. Doação. Locação.
19. Modalidades de Empréstimo.
20. Depósito. Mandato.
21. Gestão de Negócios.
22. Edição e representação dramática.
23. Seguro. Jogo e aposta. Fiança.
24. Novas formas de contratos.
25. Leasing.
26. Franchising, Merchandising, Factoring, Engeneering, Hending,
27. Contratos eletrônicos.
28. Declaração unilateral de vontade.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro - Teoria Geral das obrigações. São Paulo: Saraiva 2000.

VENOSA, Sílvio de Salo. Direito Civil. 3º Edição. Editora Atlas. São Paulo. 2003.

GAGLIANO, Pablo Stolze. PAMPLONA, Filho Rodolfo. Novo curso de Direito Civil. Editora Saraiva. São Paulo. 2004.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**:

CAIO MÁRIO DA SILVA PEREIRA. Instituições de Direito Civil. 1ª Edição, Editora

Forense, 1992, SP.

GAGLIANO, Pablo Stolze. PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil. Saraiva. 2004

NORONHA, Fernando. O Direito dos Contratos e seus princípios fundamentais. Saraiva, 1994.

RODRIGUES, Sílvio. Curso de Direito Civil. Saraiva. 2004.

THEOTÔNIO NEGRÃO. Código Civil e Legislação em vigor. Editora Saraiva. São Paulo. 2006.

Curso: Direito Período: 5º

Disciplina: **DIREITO DO ADMINISTRATIVO II**

Créditos: 04 Carga Horária: 60h/a

**CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS:**

1. Licitações.
2. Contratos Administrativos.
3. Serviços Públicos.
4. Servidores Públicos.
5. Domínio Público.
6. Intervenção na Propriedade e no Domínio Econômico.
7. Controle Administrativo.
8. Responsabilidade Civil da Administração Pública.
9. Organização Administrativa Brasileira: Administração Direta e Indireta.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

ALEXANDRINO, Marcelo e Vicente Paulo. Direito Administrativo. Niterói: Impetus, 2007.

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 1994. BLANCHET, Luiz Alberto. Curso de Direito Administrativo. Curitiba: Juruá Editora, 2007.

CUNHA Júnior, Dirley. Curso de Direito Administrativo, 7ª edição, Salvador: Editora Podivm; BARCHET, Gustavo. Direito Administrativo – questões do CESPE.7ª Edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009;

CRETELLA Júnior, José. Administração Indireta Brasileira. Rio de Janeiro: Forense, 1990.

\_\_\_\_\_\_\_.Curso de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

\_\_\_\_\_\_\_.Manual de Direito Administrativo.Rio de Janeiro: Forense, 1989.

\_\_\_\_\_\_\_.Prática do Direito Administrativo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. BRITTO, Carlos Ayres. O Perfil Constitucional da Licitação. Curitiba: ZNT, 1997.

DALLARI, Adilson Abreu e Sergio Ferraz(Coordenadores). Estatuto da Cidade. São Paulo: Malheiros, 2002.

\_\_\_\_\_\_\_. Aspectos Jurídicos da Licitação. São Paulo: Saraiva 1997.

\_\_\_\_\_\_\_. Regime Constitucional dos Servidores Públicos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992.

FIGUEIREDO, Marcelo. O Controle da Moralidade na Constituição. São Paulo: Malheiros, 1999.

\_\_\_\_\_\_\_. Probidade Administrativa. São Paulo: Malheiros, 1997.

FARIA, Edimur Ferreira. Curso de Direito Administrativo Positivo. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

FREITAS, Juarez. O Controle dos Atos Administrativos. São Paulo: Malheiros, 1997. GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva 2001.

JUSTEN Filho, Marçal. Pregão - Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico. São Paulo: Dialética, 2001.

MARTINS Júnior, Wallace Paiva. Probidade Administrativa. São Paulo: Saraiva 2001.

MEDAUAR, Odete. O Direito Administrativo em Evolução. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 1999.

\_\_\_\_\_\_\_. Licitação e Contrato Administrativo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 1993.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de et alii. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1986.

MORAES, Luís Carlos Silva de. Curso de Direito Ambiental. São Paulo: Atlas, 2001. MOREIRA Neto, Diogo de Figueiredo. Curso de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

\_\_\_\_\_\_\_.Legitimidade e Discricionariedade. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

MOTTA, Carlos Pinto Coelho. Pregão-Teoria e Prática. São Paulo: NDJ, 2001.

\_\_\_\_\_\_\_. Responsabilidade Fiscal. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

MUKAI, Toshio. Administração Pública na Constituição de 1988. São Paulo: Saraiva, 1999.

\_\_\_\_\_\_\_.Direito Administrativo Sistematizado. São Paulo: Saraiva 1999.

NEIVA, José Antônio Lisboa. Improbidade Administrativa: estudo sobre a demanda na ação de conhecimento e cautelar. Niterói: Editora Impetus Ltda, 2006.

OSÓRIO, Fábio Medina. Teoria da Improbidade Administrativa. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

PRADO, Leandro Cadenas. Servidores Públicos Federais. Niterói: Impetus, 2007. PIETRO, Maria Sylvia Zanella di. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2000.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

AMARAL, Antônio Carlos Cintra do. Ato Administrativo, Licitações e Contratos Administrativos. São Paulo: Malheiros, 1996.

ARAÚJO, Marcelo José. Trânsito-Questões Controvertidas. Curitiba: Juruá, 2001. BITENCOURT, Cezar Roberto. Crimes Contra as Finanças Públicas e Crimes de Responsabilidade de Prefeitos. São Paulo: Saraiva 2002.

BLANCHET, Luiz Alberto. Concessão de Serviços Públicos. Curitiba: Juruá, 1999. BRUNO, Reinaldo Moreira. Direito Administrativo. Belo Horizonte: Del Rey, 2005. CAETANO, Marcelo. Princípios Fundamentais do Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Forense, l989.

CAVALCANTI, Marcio Novaes. Fundamentos da Lei de Responsabilidade Fiscal. São Paulo: Dialética, 2001.

CONSTANTINO, Carlos Ernani. Delitos Ecológicos. São Paulo: Atlas, 2002. CRETELLA Júnior, José. Direito Administrativo nos Tribunais. São Paulo: Saraiva 1997.

FIGUEIREDO, Marcelo. A Medida Provisória na Constituição. São Paulo: Atlas, 1991.

FREITAS, Vladimir Passos de. Direito Administrativo e Meio Ambiente. Curitiba: Juruá, 2001.

FRIEDE, R. Reis. Curso de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

\_\_\_\_\_\_\_. Lições Objetivas de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva 1999. GOMES, Luiz Flavio. Crimes de Responsabilidade Fiscal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

GRANJEIRO, J. Wilson. Lei 8.666/93 - Licitações e Contratos. Brasília: Vest-com, 1995.

LEAL, Rogério Gesta. A Função Social da Propriedade e da Cidade no Brasil. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1998.

LOPES, Maurício Antônio Ribeiro. Comentários à Reforma Administrativa. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

MARTINS Júnior, Wallace Paiva. Probidade Administrativa. São Paulo: Saraiva 2001.

MASCARENHAS, Paulo. Improbidade Administrativa e Crime de Responsabilidade de Prefeito. São Paulo: Editora de Direito, 2001.

MEIRELLES, Hely Lopes. Mandado de Segurança, Ação Popular, Ação Civil Pública, Mandado de Injunção, Habeas Data. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade. São Paulo: Malheiros, 1998.

\_\_\_\_\_\_\_. Discricionariedade e Controle Jurisdicional. São Paulo: Malheiros, 1998.

\_\_\_\_\_\_\_. Elementos de Direito Administrativo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1986.

\_\_\_\_\_\_\_. Licitação. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1985.

MOOR, Fernanda Stracke. O Regime de Delegação da Prestação de Serviços Públicos. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

MOREIRA Neto, Diogo de Figueiredo. Curso de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

\_\_\_\_\_\_\_.Legitimidade e Discricionariedade. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

MOTTA, Carlos Pinto Coelho. Pregão-Teoria e Prática. São Paulo: NDJ, 2001.

\_\_\_\_\_\_\_.Responsabilidade Fiscal. Belo Horizonte: Del Rey,2000.

MUKAI, Toshio. Estatuto Jurídico de Licitações e Contratos Administrativos. São Paulo: Saraiva 1990.

\_\_\_\_\_\_\_. Novo Estatuto Jurídico das Licitações e Contratos Públicos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.

NIEBUHR, Joel de Menezes. Princípio da Isonomia na Licitação Pública. Florianópolis: Obra Jurídica, 2000.

NOBRE, Milton Augusto de Brito. Inovações da Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública. Rio de Janeiro: Cejup, 1994.

PAZZAGLINI Filho, Marino. Improbidade Administrativa. São Paulo: Atlas, 1999 PIETRO, Maria Sylvia Zanella di. Discricionariedade Administrativa. São Paulo: Atlas, 2001.

QUADROS, Cerdonio e Marcello Rodrigues Palmieri. Lei de Responsabilidade Fiscal. São Paulo: NDJ, 2000.

RIGOLIN, Ivan Barbosa. Comentários ao Regime Único dos Servidores Públicos Civil. São Paulo: Saraiva 1993.

\_\_\_\_\_\_\_. Manual Prático das Licitações. São Paulo: Saraiva 1999.

\_\_\_\_\_\_\_. O Servidor Público na Constituição de 1988. São Paulo: Saraiva 1989. ROCHA, Antônio do Rego Monteiro. Código de Defesa do Consumidor. Curitiba: Juruá, 1999.

ROCHA, Carmem Lúcia Antunes. Concessão e Permissão de Serviço Público no Direito Brasileiro. São Paulo: Saraiva 1996.

SABATOVSKI, Emílio e Iara Fontoura. Regime Jurídicos dos Servidores Públicos Civis da União. Curitiba: Juruá, 1999.

SANTANA, Jair Eduardo. Direito Administrativo Resumido. Belo Horizonte: Inédita, 1997.

SANT'ANNA, Ronaldo. Manual do Servidor Público. Rio de Janeiro: Ed. Eletrônica e Transparências, 1996.

SEGUIN Elida. Estatuto da Cidade. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

TELLES, Antônio A Queiroz et alii. Direito Administrativo na Década de 90. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

VERRI Júnior, Armando et alii. Licitações e Contratos Administrativos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

Curso: Direito Período: 5º

Disciplina: **COMPETÊNCIA COMUNICATIVA**

Créditos: 04 Carga Horária: 60h/a

**CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS:**

1. Estudo do texto: análise compreensiva,
2. Interpretação crítica.
3. Produção textual;
4. Revisão gramatical: conteúdos necessários para retificar problemas levantados através da correção dos textos produzidos.

Curso: Direito Período: 4º

Disciplina: **MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM**

Créditos: 02 Carga Horária: 30h/a

|  |  |
| --- | --- |
| **EMENTA:** |  |

Acesso à Justiça. Direitos Humanos. A jurisdição no estado contemporâneo. Conflito e Litígio. Auto e heterocomposição de conflitos.

Métodos Alternativos de Resolução de Disputa (Alternative Dispute Resolution).

Conciliação, Negociação, Mediação e Arbitragem.

A Conciliação no Poder Judiciário.

Mediação: tendências atuais.

Arbitragem. Arbitragem no MERCOSUL. Utilização dos mecanismos alternativos de resolução de conflitos pelos operadores jurídicos.

**OBJETIVOS GERAIS:**

Possibilitar aos alunos, a partir do estudo das propostas de inovação à resolução de disputas implementadas na sociedade contemporânea e no Brasil, análise acerca do enfrentamento de questões como a eficiência dos instrumentos (judiciais e extrajudiciais) dispostos à composição de conflitos.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

1. Acesso à Justiça e Direitos Humanos.
2. Propósitos da jurisdição no estado contemporâneo.
3. Conflito e Litígio.
4. Auto e heterocomposição de conflitos
5. Métodos Alternativos de Resolução de Disputa (Alternative Dispute Resolution).
6. Vantagens e desvantagens das ADR
7. Conciliação,
8. Negociação,

1. Mediação e Arbitragem.
2. Evolução histórica dos institutos.
3. Conciliação
4. Conciliação no Poder Judiciário: Justiça comum e Lei nº 9099/95
5. Mediação
6. Tendências atuais do instituto da Mediação.
7. O papel do mediador.
8. Mediação familiar.
9. Mediação Preventiva
10. Arbitragem.
11. Dos árbitros.
12. Do procedimento arbitral.
13. Efeitos da sentença arbitral.
14. Instrumentos Internacionais de Arbitragem.
15. Arbitragem no Mercosul.
16. O uso dos métodos alternativos de solução de conflitos pelo operador do direito.

Curso: Direito Período: 4º

Disciplina: **DIREITO PENAL III**

Créditos: 04 Carga Horária: 60h/a

|  |  |
| --- | --- |
| **EMENTA:**  |  |

Crimes contra a Pessoa. Dos crimes contra a Vida. Das Lesões Corporais. Da Periclitação da Vida e da Saúde. Dos Crimes contra a Honra. Dos crimes contra a Liberdade Individual. Dos crimes contra o Patrimônio.

**OBJETIVOS:**

Gerais:Fazer com que o aluno adquira conhecimentos do Direito Penal – Parte Especial, fornecendo-lhes informações sobre a disciplina de forma que no exercício da advocacia, ou na preparação para esta, saiba solucionar questões concretas voltadas ao Direito Material.

Específicos: Fazer com que o aluno participe em sala de aula de estudos de casos concretos, adquirindo assim o domínio dos tipos penais, bem como conhecimentos teóricos que possibilitem a resolução de questões que no futuro se lhe apresentem e, adquira também habilidade no manuseio de Códigos e Fontes de Pesquisa.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

NUCCI, Guilherme de Souza. Código Penal Comentado. São Paulo. Revista dos Tribunais. 2002.

FERRAJOLI, LUIGI.: Derecho e Razón: Teoria del garantismo penal. Valladolid. 1998

NUCCI, Guilherme de Souza. Código Penal Comentado. São Paulo. Revista dos Tribunais, 2003.

BITTENCOURT, Cézar Roberto. Tratado de Direito Penal. Revista dos Tribunais. 2002.

CAPEZ, Fernando. Manual de Direito Penal. Saraiva. 2002.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

ZAFFARONI, Eugenio Raúl e PIERANGELI, José Henrique. Manual de Direito Penal brasileiro. São Paulo: RT, 2002.

BATISTA, Nilo. Introdução crítica ao Direito Penal Brasileiro. Rio de Janeiro: Revan, 1990, BISSOLI.

FILHO, Francisco. Estigmas da criminalização: dos antecedentes à reincidência criminal. Florianópolis: Jurídica, 1998.

CERVINI, Raúl. Os Processos de Descriminalização. Rio de Janeiro: Revan, 1999. CIRINO DOS SANTOS, Juarez. As raízes do crime. Rio de Janeiro: Forense, 1984. HULSMAN, Louk. Penas Perdidas. Niterói: Luam, 1993.

CARVALHO, Salo de. Penas e Garantias: Uma leitura do garantismo penal de Luiji Ferrajoli no Brasil. Rio de Janeiro. Lúmen Júris. 2001.

THUMS, Gilberto. Código Penal Anotado: abordagem objetiva – Porto Alegre. Sapiens. 2010

**OUTRAS REFERÊNCIAS**

sites importantes na área de conhecimento e software

multimeios (CDs, DVDs, CDs-ROM )

base de dados (eletrônicos e/ou online)

periódicos (jornais, revistas,informativos)

maiores eventos da área (conferências, jornadas, seminários, etc.)

Curso: Direito Período: 4º

Disciplina: **DIREITO CIVIL III**

Créditos: 04 Carga Horária: 60h/a

**CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS:**

1. Dos contratos em geral.
2. Estudo da formação dos Contratos.
3. Extinção dos Contratos.
4. Visão estrutural dos Contratos.
5. Princípios que regem os contratos.
6. Função Social do Contrato.
7. Classificação dos Contratos.
8. Contrato inominado.
9. Interpretação dos contratos.
10. Vícios Redibitórios. Evicção.
11. Breves noções da aplicabilidade do CDC no âmbito contratual.
12. Dos contratos em espécie:
13. Da compra e venda.
14. Doação. Locação.
15. Modalidades de Empréstimo.
16. Depósito. Mandato.
17. Seguro. Contrato de Fiança.

**BIBLIOGRÁFIA BÁSICA:**

GAGLIANO, Pablo Stolze. PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de Direito Civil. Contratos. Editora Saraiva. São Paulo, 2ª. Edição – Saraiva 2006.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil: Teoria Geral das Obrigações e Teoria Geral dos Contratos - 7º Edição - São Paulo: Atlas, 2007.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.Direito Civil: Contratos em espécie – 11ª. Edição – São Paulo: Atlas, volume III, 2011.

VENOSA, Silvio de Salvo. Código Civil Interpretado. 2ª. Ed. Editora Atlas, 2011.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

DINIZ, Maria Helena. Teoria das Obrigações contratuais e extracontratuais. 27ª edição. São Paulo Ed. Saraiva 2011.

GAGLIANO, Pablo Stolze. PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil. Contratos: teroria geral. Volume 5. 7ª ed. Editora Saraiva 2011.

GAGLIANO, Pablo Stolze. PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil. Contratos em espécie. Volume IV. 4ª ed. Editora Saraiva 2011.

RODRIGUES, Sílvio. Curso de Direito Civil. Dos contratos e das declarações unilaterais da vontade. Saraiva, 30ª. Edição, 2006.

Curso: Direito Período: 3º

Disciplina: **DIREITO PENAL II**

Créditos: 04 Carga Horária: 60h/a

**CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS:**

1. Teoria Geral da Pena.
2. Aplicação da Pena.
3. Suspensão Condicional da Pena.
4. Livramento Condicional.
5. Ação Penal.
6. Extinção da Punibilidade.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

BITENCOURT, Cezar Roberto. Manual de Direito Penal: parte geral. São Paulo: RT, 2000.

CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2001 FERRAJOLI, LUIGI.: Derecho e Razón: Teoria del garantismo penal. Valladolid. 1998

NUCCI, Guilherme de Souza. Código Penal Comentado. São Paulo. Revista dos Tribunais, 2003.

TOLEDO, Francisco de Assis. Princípios Básicos de Direito Penal. São Paulo: Saraiva 1999.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl e PIERANGELI, José Henrique. Manual de Direito Penal brasileiro. São Paulo: RT, 2002.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

COSTA JR., Paulo José. Curso Completo de Direito Penal. São Paulo: Saraiva 1999.

DELMANTO, Celso. Código Penal Comentado. 3ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

GOMES, Luiz Flávio. Erro de tipo e erro de proibição: e a evolução da teoria causal- naturalista para a teoria finalista da ação. São Paulo: RT, 1992.

JÚNIOR, Paulo José da Costa. Comentários ao Código Penal. São Paulo. Saraiva. 2002.

LUISI, Luiz. Os Princípios Constitucionais Penais. Porto Alegre: Fabris, 1991.

NUCCI, Guilherme de Souza. Código Penal Comentado. São Paulo. Revista dos Tribunais. 2002.

TOLEDO, Francisco de Assis. Princípios básicos de Direito Penal. Saraiva. 2002. THUMS, Gilberto. Código Penal Anotado: abordagem objetiva – Porto Alegre. Sapiens. 2010

**OUTRAS REFERÊNCIAS:**

sites importantes na área de conhecimento e software

multimeios (CDs, DVDs, CDs-ROM )

base de dados (eletrônicos e/ou online)

periódicos (jornais, revistas,informativos)

maiores eventos da área (conferências, jornadas, seminários, etc.)

Curso: Direito Período: 3º

Disciplina: **DIREITOS HUMANOS**

Créditos: 02 Carga Horária: 30h/a

|  |  |
| --- | --- |
| **CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS:**  |  |

* 1. Fundamentação histórica e filosófica dos direitos humanos: ampliação conceitual.
	2. Direitos da primeira geração.
	3. Direitos da segunda geração.
	4. Direitos da terceira geração.
	5. Fundamentação jurídica dos Direitos Humanos.
	6. Concepção jus naturalista.
	7. Concepção científico-positivista.
	8. Concepção crítico-materialista.
	9. O significado contemporâneo dos direitos humanos.
	10. Contexto político-jurídico brasileiro.
	11. O significado do estado democrático de direito. Direitos humanos,
	12. Controle social e segurança publica.
	13. Direitos humanos e modelos de desenvolvimento.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. São Paulo: Saraiva 2010.

Ética – Direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. São Paulo: Max Limonad, 1997.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

DIMENSTEIN, Gilberto. O cidadão de papel - a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil. São Paulo: Ática, 2009.

LAFER, Celso. A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

LYNN, Hunt. A invenção dos direitos humanos. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SANTOS, Boaventura de Souza. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. São Paulo: Cortez, 2007.

Curso: Direito Período: 3º

Disciplina: **HERMENÊUTICA JURÍDICA**

Créditos: 02 Carga Horária: 30h/a

**CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS:**

1. Conceito: hermenêutica, interpretação, aplicação.
2. Linguagem e hermenêutica;
3. Teoria do Ordenamento jurídico: sistema, lacunas, antinomias;
4. Métodos de Interpretação: gramatical, lógico, sistemático, histórico, sociológico, evolutivo, teleológico e axiológico;
5. Tipos de interpretação: extensiva, restritiva, especificadora;
6. Interpretação e integração: relação e limites;
7. Hermenêutica constitucional.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

GADAMER, Hans-Georg. Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Volume 1. Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_\_\_. Verdade e método: complementos e índice. Volume 2. Petrópolis: Vozes, 1997.

HABERMAS, Jürgen. Consciência moral e agir comunicativo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro 1989.

REALE, Miguel. Fontes e modelos do direito: para um novo paradigma hermenêutico. São Paulo: Saraiva 1999.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

AZEVEDO, Plauto Faraco de. Aplicação do direito e contexto social. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1998.

BOBBIO, Norberto. O positivismo jurídico: lições de filosofia do direito. São Paulo: Ícone, 1995.

\_\_\_\_\_\_\_. Teoria do ordenamento Jurídico. Brasília: UnB, 1996.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio S. Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação. São Paulo: Atlas, 1995.

KELSEN, Hans. A ilusão da justiça. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

\_\_\_\_\_\_\_. O problema da justiça. São Paulo, Martins Fontes, 1998.

PERELMAN, Chaïm. Lógica jurídica: nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1998. FREITAS, Juarez. A interpretação sistemática do direito. São Paulo: Malheiros, 2002.

STRECK, Lênio Luiz. Hermenêutica jurídica e(m) crise. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

Curso: Direito Período: 4º

Disciplina: **DIREITO CONSTITUCIONAL III**

Créditos: 04 Carga Horária: 60h/a

|  |  |
| --- | --- |
| **EMENTA:** |  |

Do Controle de Constitucionalidade. A Interpretação Conforme a Constituição. Nulidade Parcial sem Redução de Texto.

Argüição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Os Princípios da Proporcionalidade e da Razoabilidade.

Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas.

Forças Armadas e Segurança Pública.

Da Ordem Tributária e Orçamentária.

Repartição do Direito de Tributar e das Receitas Tributárias. Da Ordem Econômica e Financeira.

Da Ordem Social.

**CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS:**

1. Objetivos
2. Oportunizar aos alunos a compreensão dos múltiplos enfoques e relações do Direito Constitucional, facilitando ao educando entender e encaminhar procedimentos e soluções de situações da vida particular e profissional que sejam relacionadas à matéria.
3. Contribuir para o maior conhecimento pelos alunos dos temas de Direito Constitucional,
4. Vinculados ao controle de constitucionalidade em seus vários aspectos legais e principio lógicos, bem como disciplinamento constitucional referente aos instrumentos constitucionais de defesa do estado e das instituições democráticas, à normatização quanto às ordens econômica,
5. Financeira e social e também quanto à seguridade social, educação, cultura, desporto, ciência e tecnologia,
6. Comunicação social, meio ambiente, Família, criança, adolescente, idoso e

dos índios.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

ARAÚJO, Luiz Alberto David e Nunes Júnior, Vidal Serrano. Curso de Direito Constitucional. São Paulo, 13º. Ed. Saraiva, 2009.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 14º. Ed. Atualizada e ampliada. Saraiva, 2010;

MENDES, Gilmar Ferreira. Jurisdição constitucional: o controle abstrato de normas no Brasil e na Alemanha. São Paulo: Saraiva 1999.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros, 1999.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito Constitucional. 6ª edição. Almedina Coimbra, 1993.

SILVA, José Afonso Da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo, Malheiros Editores, 7a edição, 1998.

BARROSO, Luís Roberto. Interpretação e Aplicação da Constituição. Rio de Janeiro, Renovar, 1990.

Constituição da República Federativa do Brasil.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de direito constitucional. 25 ed. São Paulo: Saraiva 1998.

SILVA, José Afonso Da. Curso de direito constitucional positivo. 23 ed. São Paulo: Malheiros 2004.

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de direito constitucional. 21 ed. São Paulo: Saraiva 2000.

MIRANDA, Jorge. Manual de Direito Constitucional: inconstitucionalidade e garantia da Constituição. Coimbra: Coimbra, 2001.

MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional; 24 ed. São Paulo: Atlas, 2009 PAULO, Vicente e Alexandrino, Marcelo. Direito Constitucional Descomplicado. 4º. Ed. São Paulo: Método, 2009.

PAULO, Vicente. Controle de Constitucionalidade. 6 ed. Niteroi: Impetus, 2007 SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

**OUTRAS REFERÊNCIAS:**

sites importantes na área de conhecimento e software

multimeios (CDs, DVDs, CDs-ROM )

base de dados (eletrônicos e/ou online)

periódicos (jornais, revistas,informativos)

maiores eventos da área (conferências, jornadas, seminários, etc.

Curso: Direito Período: 4º

Disciplina: **DIREITO AGRÁRIO**

Créditos: 04 Carga Horária: 60h/a

**CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS:**

1. Importância.
2. Conceituação.
3. Abrangência.
4. Formação da propriedade rural no Brasil.
5. Direito e desenvolvimento sustentável.
6. Estatuto da terra.
7. Institutos do Direito Agrário.
8. Desenvolvimento Sustentável.
9. Função Social da propriedade da terra no Brasil.
10. Reforma Agrária.
11. Contratos Agrários.
12. Imposto Territorial Rural.
13. Usucapião Rural. Crédito rural.
14. Relações de trabalho no Meio Rural.
15. Justiça Agrária.
16. Desenvolvimento Rural e Urbano.

Curso: Direito Período: 4º

Disciplina: **DIREITO ADMINISTRATIVO I**

Créditos: 02 Carga Horária: 30h/a

**CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS**

1. Direito;
2. Direito Público e Direito Privado;
3. Direito Administrativo;
4. Sistemas Administrativos;
5. Direito Administrativo no Brasil;
6. Administração Pública;
7. Órgãos Públicos;
8. Agentes Públicos;
9. Administrador Público;
10. Poderes Administrativos;
11. Atos Administrativos.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

ALEXANDRINO, Marcelo e Vicente Paulo. Direito Administrativo. Niterói: Impetus, 2007.

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva 1994. BLANCHET, Luiz Alberto. Curso de Direito Administrativo. Curitiba: Juruá Editora, 2007.

CUNHA Júnior, Dirley. Curso de Direito Administrativo, 7ª edição, Salvador: Editora Podivm; BARCHET, Gustavo. Direito Administrativo – questões do CESPE. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009;

CRETELLA Júnior, José. Administração Indireta Brasileira. Rio de Janeiro: Forense, 1990.

\_\_\_\_\_\_\_.Curso de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

\_\_\_\_\_\_\_.Manual de Direito Administrativo.Rio de Janeiro: Forense, 1989.

\_\_\_\_\_\_\_.Prática do Direito Administrativo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. BRITTO, Carlos Ayres. O Perfil Constitucional da Licitação. Curitiba: ZNT, 1997. DALLARI, Adilson Abreu e Sergio Ferraz(Coordenadores). Estatuto da Cidade. São Paulo: Malheiros, 2002.

\_\_\_\_\_\_\_. Aspectos Jurídicos da Licitação. São Paulo: Saraiva 1997.

\_\_\_\_\_\_\_. Regime Constitucional dos Servidores Públicos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992.

FIGUEIREDO, Marcelo. O Controle da Moralidade na Constituição. São Paulo: Malheiros, 1999.

\_\_\_\_\_\_\_. Probidade Administrativa. São Paulo: Malheiros, 1997.

FARIA Edimur Ferreira. Curso de Direito Administrativo Positivo. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

FREITAS, Juarez. O Controle dos Atos Administrativos. São Paulo: Malheiros, 1997. GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva 2001.

JUSTEN Filho, Marçal. Pregão - Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico. São Paulo: Dialética, 2001.

MARTINS Júnior, Wallace Paiva. Probidade Administrativa. São Paulo: Saraiva 2001.

MEDAUAR, Odete. O Direito Administrativo em Evolução. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 1999.

\_\_\_\_\_\_\_. Licitação e Contrato Administrativo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 1993.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de et alii. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1986.

MORAES, Luís Carlos Silva de. Curso de Direito Ambiental. São Paulo: Atlas, 2001. MOREIRA Neto, Diogo de Figueiredo. Curso de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

\_\_\_\_\_\_\_.Legitimidade e Discricionariedade.Rio de Janeiro:Forense,1989. MOTTA,Carlos Pinto Coelho.Pregão-Teoria e Prática.São Paulo: NDJ, 2001.

\_\_\_\_\_\_\_. Responsabilidade Fiscal. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

MUKAI, Toshio. Administração Pública na Constituição de 1988. São Paulo: Saraiva 1999.

\_\_\_\_\_\_\_.Direito Administrativo Sistematizado.São Paulo: Saraiva, 1999.

NEIVA, José Antonio Lisboa. Improbidade Administrativa: estudo sobre a demanda na ação de conhecimento e cautelar. Niterói: Editora Impetus Ltda, 2006.

OSÓRIO, Fábio Medina. Teoria da Improbidade Administrativa. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

PRADO, Leandro Cadenas. Servidores Públicos Federais. Niterói: Impetus, 2007. PIETRO, Maria Sylvia Zanella di. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2000.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

AMARAL, Antonio Carlos Cintra do. Ato Administrativo, Licitações e Contratos Administrativos. São Paulo: Malheiros, 1996.

ARAÚJO, Marcelo José. Trânsito-Questões Controvertidas. Curitiba: Juruá, 2001. BITENCOURT, Cezar Roberto. Crimes Contra as Finanças Públicas e Crimes de Responsabilidade de Prefeitos. São Paulo: Saraiva 2002.

BLANCHET, Luiz Alberto. Concessão de Serviços Públicos. Curitiba: Juruá, 1999. BRUNO, Reinaldo Moreira. Direito Administrativo. Belo Horizonte: Del Rey, 2005. CAETANO, Marcelo. Princípios Fundamentais do Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Forense, l989.

CAVALCANTI, Marcio Novaes. Fundamentos da Lei de Responsabilidade Fiscal. São Paulo: Dialética, 2001.

CONSTANTINO, Carlos Ernani. Delitos Ecológicos. São Paulo: Atlas, 2002. CRETELLA Júnior, José. Direito Administrativo nos Tribunais. São Paulo: Saraiva 1997.

FIGUEIREDO, Marcelo. A Medida Provisória na Constituição. São Paulo: Atlas, 1991.

FREITAS, Vladimir Passos de. Direito Administrativo e Meio Ambiente. Curitiba: Juruá, 2001.

FRIEDE, R. Reis. Curso de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

\_\_\_\_\_\_\_. Lições Objetivas de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva 1999. GOMES, Luiz Flavio. Crimes de Responsabilidade Fiscal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

GRANJEIRO, J. Wilson. Lei 8.666/93 - Licitações e Contratos. Brasília: Vest-com, 1995.

LEAL, Rogério Gesta. A Função Social da Propriedade e da Cidade no Brasil. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1998.

LOPES, Maurício Antônio Ribeiro. Comentários à Reforma Administrativa. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

MARTINS Júnior, Wallace Paiva. Probidade Administrativa. São Paulo: Saraiva 2001.

MASCARENHAS, Paulo. Improbidade Administrativa e Crime de Responsabilidade de Prefeito. São Paulo: Editora de Direito, 2001.

MEIRELLES, Hely Lopes. Mandado de Segurança, Ação Popular, Ação Civil Pública, Mandado de Injunção, Habeas Data. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade. São Paulo: Malheiros, 1998.

\_\_\_\_\_\_\_. Discricionariedade e Controle Jurisdicional. São Paulo: Malheiros, 1998.

\_\_\_\_\_\_\_. Elementos de Direito Administrativo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1986.

\_\_\_\_\_\_\_. Licitação. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1985.

MOOR, Fernanda Stracke. O Regime de Delegação da Prestação de Serviços Públicos. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

MOREIRA Neto, Diogo de Figueiredo. Curso de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

\_\_\_\_\_\_\_.Legitimidade e Discricionariedade.Rio de Janeiro:Forense, 1989. MOTTA,Carlos Pinto Coelho. Pregão-Teoria e Prática.São Paulo:NDJ, 2001.

\_\_\_\_\_\_\_.Responsabilidade Fiscal.Belo Horizonte:Del Rey,2000.

MUKAI, Toshio. Estatuto Jurídico de Licitações e Contratos Administrativos. São Paulo: Saraiva 1990.

\_\_\_\_\_\_\_. Novo Estatuto Jurídico das Licitações e Contratos Públicos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.

NIEBUHR, Joel de Menezes. Princípio da Isonomia na Licitação Pública. Florianópolis: Obra Jurídica, 2000.

NOBRE, Milton Augusto de Brito. Inovações da Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública. Rio de Janeiro: Cejup, 1994.

PAZZAGLINI Filho,Marino. Improbidade Administrativa. São Paulo: Atlas, 1999 PIETRO, Maria Sylvia Zanella di. Discricionariedade Administrativa. São Paulo: Atlas, 2001.

QUADROS, Cerdonio e Marcello Rodrigues Palmieri. Lei de Responsabilidade Fiscal. São Paulo: NDJ, 2000.

RIGOLIN, Ivan Barbosa. Comentários ao Regime Único dos Servidores Públicos Civil. São Paulo: Saraiva 1993.

\_\_\_\_\_\_\_. Manual Prático das Licitações. São Paulo: Saraiva 1999.

\_\_\_\_\_\_\_. O Servidor Público na Constituição de 1988. São Paulo: Saraiva 1989.

ROCHA, Antônio do Rego Monteiro. Código de Defesa do Consumidor. Curitiba: Juruá, 1999.

ROCHA, Carmem Lúcia Antunes. Concessão e Permissão de Serviço Público no Direito Brasileiro. São Paulo: Saraiva 1996.

SABATOVSKI, Emílio e Iara Fontoura. Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civil da União. Curitiba: Juruá, 1999.

SANTANA, Jair Eduardo. Direito Administrativo Resumido. Belo Horizonte: Inédita, 1997. SANT'ANNA, Ronaldo. Manual do Servidor Público. Rio de Janeiro: Ed. Eletrônica e Transparências, 1996.

SEGUIN Elida. Estatuto da Cidade. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

TELLES, Antônio A Queiroz et alii. Direito Administrativo na Década de 90. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

VERRI Júnior, Armando et alii. Licitações e Contratos Administrativos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

Curso: Direito Período: 3º

Disciplina: **DIREITO CIVIL II**

Créditos: 04 Carga Horária: 60h/a

**CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS:**

1. Aspectos Gerais:
	1. Conceito e importância do direito obrigacional.
	2. As obrigações no Direito Civil.
	3. Relações com outras disciplinas.
	4. Estrutura da relação obrigacional.
	5. Fonte das Obrigações.

1. Classificação das Obrigações:
	1. Obrigações propter rem,
	2. Obrigações naturais.
	3. Obrigações principais e acessórias.
	4. Obrigações líquidas e ilíquidas.
	5. Obrigações condicionais, modais e a termo.
	6. Obrigações de meio e de resultado.
	7. Obrigações de dar (obrigações de dar coisa certa,
	8. Obrigação de restituir.
	9. Obrigações de dar coisa incerta, obrigações pecuniárias).
	10. Obrigações de fazer.
	11. Obrigações de não fazer.
	12. Obrigações cumulativas, alternativas e facultativas.
	13. Obrigações divisíveis e indivisíveis.
	14. Obrigações Solidárias (disposições gerais, solidariedade ativa, solidariedade passiva).
	15. Pagamento voluntário.
	16. Condições subjetivas e objetivas.
	17. Correção monetária.
	18. Lugar do pagamento.
	19. Tempo do pagamento.
	20. Prova.
	21. Quitação.
	22. Consignação. sub-rogação. Imputação do pagamento.
	23. Dação em pagamento. Novação.
	24. Compensação.
	25. Transação. Confusão.
	26. Remissão.
	27. Enriquecimento sem causa.
	28. Pagamento indevido.
	29. Repetição do pagamento.
	30. Inadimplemento.
	31. Mora.
	32. Conseqüências da inexecução.
	33. Cláusula penal.
	34. Perdas e danos.

1. Transmissão das Obrigações:
	1. Cessão de crédito.
	2. Assunção de dívida.
	3. Cessão de contrato.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

GOMES, Orlando. Obrigações. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de direito civil. 37. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil. São Paulo: Atlas, 2005.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito civil. São Paulo: Saraiva 2003-2004.

MIRANDA, Pontes de. Tratado de direito privado. Campinas: Bookseller, 2002. NORONHA, Fernando. Direito das obrigações: fundamentos do direito das obrigações: introdução à responsabilidade civil. São Paulo: Saraiva 2003.

PEREIRA Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil. Rio de Janeiro: Forense, 2002- 2005.

RODRIGUES, Sílvio. Direito civil. 34. ed. São Paulo: Saraiva, 2002-2003.

SANTOS, J. M. de Carvalho. Código civil brasileiro interpretado. 10. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1963.

**OUTRAS REFERÊNCIAS:**

sites importantes na área de conhecimento e software

multimeios (CDs, DVDs, CDs-ROM )

base de dados (eletrônicos e/ou online)

periódicos (jornais, revistas,informativos)

maiores eventos da área (conferências, jornadas, seminários, etc.)

Curso: Direito Período: 3º

Disciplina: **DIREITO ECONÔMICO**

Créditos: 02 Carga Horária: 30h/a

|  |  |
| --- | --- |
| **OBJETIVO:**  |  |

A disciplina tem como objetivo apresentar aos alunos as relações existentes entre o Direito e a Economia, da mesma forma possibilitar os discentes a entender como ocorre a intervenção. Igualmente conhecer como se efetiva a política econômica e sua influencia na economia.

**CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS**

* 1. Direito Constitucional Econômico;
	2. A Ordem Econômica e o Sistema Financeiro Nacional;
	3. Finanças Públicas; Direito Financeiro;
	4. Orçamento;
	5. Tribunais de Contas;
	6. Ordem Econômica Internacional;
	7. Intervenção do Estado no Domínio Econômico;
	8. Agências Reguladoras;
	9. O novo papel do Estado;
	10. Banco Central do Brasil;
	11. Planejamento Econômico;
	12. As Leis Anti-Dumping,
	13. A Lei Antitruste.
	14. Bibliografia básica
	15. Constituição Federal, 2011
	16. ARAÚJO, Eugênio Rosa. Resumo de direito Econômico. 2º. Ed. Impetus, 2007.
	17. AGUILLAR, Fernando Herren.
	18. Controle Social de Serviços Públicos. Ed. Atlas, 1999.
	19. SOUSA, Washington Peluso Albino de.Primeiras Linhs de Direito Econômico.

LTR: São Paulo, 1999.

* 1. CAMARGO, Ricardo Antônio Lucas. Direito Econômico.
	2. Aplicação e eficácia. Porto Alegre: S.A Fabris, 2001.

Curso: Direito Período: 3º

Disciplina: **DIREITO CONSTITUCIONAL II**

Créditos: 04 Carga Horária: 60h/a

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

1. O Direito Constitucional e sua significação.
2. O Poder e os Poderes.
3. Estado e Poder Legislativo.
4. Imunidades Parlamentares.
5. Processo Legislativo.
6. As formas de Governo.
7. O Presidencialismo no Brasil.
8. O Poder Executivo.
9. As Medidas Provisórias.
10. O Crime de Responsabilidade.
11. Funções Essenciais à Justiça.
12. O Poder Judiciário.
13. Direito de Cidadania.
14. Atomização da Cidadania.
15. Os partidos políticos.
16. Os sistemas eleitorais.
17. A Democracia representativa e os Institutos de Democracia direta.
18. A Defesa da Ordem Constitucional.
19. Tutela Constitucional das Liberdades.
20. A ordem econômica e social na Constituição de 1988.
21. Perspectivas do direito Constitucional diante dos fenômenos transformaciais atuais.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de direito constitucional. 21 ed. São Paulo: Saraiva 2000.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de direito constitucional. 25 ed. São Paulo: Saraiva 1998.

SILVA, José Afonso Da. Curso de direito constitucional positivo. 23 ed. São Paulo: Malheiros 2004.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BASTOS, Celso. Curso de Direito Constitucional. 13 ed. São Paulo: Saraiva 1990. BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros, 1999.

MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 17 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SILVA, José Afonso Da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

STRECK, Lênio Luis. Jurisdição Constitucional e Hermenêutica. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

**OUTRAS REFERÊNCIAS:**

sites importantes na área de conhecimento e software

multimeios (CDs, DVDs, CDs-ROM )

base de dados (eletrônicos e/ou online)

periódicos (jornais, revistas,informativos)

maiores eventos da área (conferências, jornadas, seminários, etc.)

Curso: Direito Período: 3º

Disciplina: **CRIMINOLOGIA**

Créditos: 02 Carga Horária: 30h/a

|  |  |
| --- | --- |
| **CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS:** 1. Crime:
2. Conceitos.
3. História da criminalidade.
4. Ciências Criminais.
5. Precursores da criminologia.
6. Teorias modernas.
7. Discussões Contemporâneas.
8. Funções.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:  |  |

MANNHEIM, Hermann. Criminologia Comparada. Lisboa. Calouste Gulbenkian, 1984

BECCARIA, Cesare. Dos Delitos e das Penas . São Paulo, 1991

GOFFMAN, Erving. Manicômios, Prisões e Conventos. 4ª Ed. São Paulo, Perspectiva, 1992.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir – Petrópolis – 1991

ZAFFARONI, Eugênio Raúl. Em Busca das Penas Perdidas. Rio de Janeiro – Revan – 1991

COSTA, Álvaro Mayrink da. Criminologia. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1982. 1564 pág. vol. 2

ZAFFARONI, Eugênio Raúl. Em Busca das Penas Perdidas. Rio de Janeiro: Revan, 1991. 281 p.

BATISTA, Nilo - Introdução Crítica ao Direito Penal Brasileiro. Rio de Janeiro – Revan –1990

**OUTRAS REFERÊNCIAS:**

*sites* importantes na área de conhecimento e *software*

multimeios (CDs, DVDs, CDs-ROM )

base de dados (eletrônicos e/ou *online*)

periódicos (jornais, revistas,informativos)

maiores eventos da área (conferências, jornadas, seminários, etc.)

Curso: Direito Período: 2º

Disciplina: **PSICOLOGIA APLICADA AO DIREITO**

Créditos: 02 Carga Horária: 30h/a

**CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS:**

1. Psicologia e Direito: uma introdução sobre objetos de estudo.
2. Teorias sobre a formação do psiquismo.
3. Fases do desenvolvimento do ser humano. Mecanismos de defesa.
4. Formação moral. Tipos de caráter.
5. Questões psicológicas embutidas em processos judiciais.
6. Uniões estáveis e separações: interferências psicológicas.
7. Adoção. Guarda. Mediação. Técnicas de abordagem a testemunhas.
8. Estabelecimentos penais.
9. Lei das Execuções penais: aspectos psicológicos. Psicopatologia.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

ABERASTURY. A. Abordagens à Psicanálise de Crianças. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

ATKINSON, R.; et all. Introdução à Psicologia. 11. ed. Porto Alegre: Artmed, 1995. DAVIDOFF, L. L. Introdução a Psicologia. 3ª. Ed. São Paulo: Pearson – Makron Books. HALL, C. S.; et all. Teorias da Personalidade. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

HELEN, Bee.O Ciclo Vital. Porto Alegre: Artes Médicas, 1977

MACKINNON, R.; MICHELS, R. A Entrevista Psiquiátrica na Prática Diária. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

PAPALIA, E. D.; WENDKOSOLDS, S. Desenvolvimento Humano. 7ª. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

VASCONCELOS, E. M.; et all. Saúde Mental e Serviço Social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 2000.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

ALAMY, S. Psicologia Hospitalar: A Ausculta da Alma. Belo Horizonte: [s.n.], 2003. ANGERAMI-CAMON, V. A. Urgências Psicológicas no Hospital. São Paulo: Pioneira, 1998.

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M.,L, T. Psicologias: Uma introdução ao estudo da psicologia. 13ª. ed. Reform. e ampl. São Paulo: Saraiva 2003.

MELLO, J. F.; et. all. Psicossomática Hoje. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992; PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W. Desenvolvimento Humano. 8 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SCHULTZ, D. M.; SCHULTZ, S. E. História da Psicologia Moderna. 13ª. ed. Reformada e ampliada. São Paulo: Cultrix, 2000.

SILVA, C.N. Como a Rede Social interfere numa Crise Emocional. Revista Brasileira de Neurologia e Psiquiatria, v.1, n 2, 1997.

ZIMERMAN, D. E.; OSÓRIO, L. C. Como Trabalhamos com Grupos. Porto Alegre: Artmed, 1997.

Curso: Direito Período: 2º

Disciplina: **LINGUAGEM E ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA**

Créditos: 02 Carga Horária: 30h/a

**CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS:**

1. Linguagem jurídica:
2. subjetividade, objetividade, níveis, concepções, percurso histórico e teórico.
3. Teoria do texto:
4. coesão e coerência, características do texto jurídico.
5. Argumentação e o discurso jurídico:
6. requisitos lingüísticos e pragmáticos.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

BELO, Fernando. Linguagem e Filosofia: algumas questões para hoje. Lisboa: Imprensa Nacional, 1987.

PERELMAN, Chaïm. Lógica jurídica: nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

WARAT, Luis Alberto. O direito e sua linguagem. Porto Alegre: Fabris, 1995.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

DAMIÃO, Regina Toledo & HENRIQUES. Curso de Português Jurídico. São Paulo: Atlas, 1996.

GONÇALVES, Emílio. Direito e Língua Portuguesa . São Paulo: Carthago: Forte, 1990.

KOCH, Ingedore Villaça. Argumentação e linguagem. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1987 LUFT, Celso. Guia Ortográfico. Porto Alegre: Globo, 1980.

ORLANDI, Eni P. A. Linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso. 2 ed. Campinas: Pontes, 1987.

PERELMAN, Chaïm. Tratado da argumentação: a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PHILIPPI, Jeanine Nicolazzi. A lei: uma abordagem a partir da leitura cruzada entre direito e psicanálise. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

SIRYA, Celestina Vitória Moraes. A língüística textual e a análise do discurso: uma

abordagem interdisciplinar . Ed. da URI, campus de Frederico Westphalen, 1995.

XAVIER, Ronaldo Caldeira. Português no Direito. Rio de Janeiro: Forense, 1992.

Curso: Direito Período: 1º

Disciplina: **METODOLOGIA DA PESQUISA JURÍDICA**

Créditos: 2 Carga Horária: 30h/a

|  |  |
| --- | --- |
| **METODOLOGIA:** |  |

Conceitos, metodologia e método, métodos científicos, a opinião. Metodologia jurídica e metodologia da pesquisa. Noções sobre métodos de pesquisa jurídica. Metodologia: caracterização da pesquisa, métodos e técnicas, enfoque e paradigmas, coleta e análise de dados, fichamentos, questionários, levantamento estatístico, análise de dados.

Metodologia jurídica: conceitos, a racionalidade jurídica, dogmática jurídica, ciência do direito, filosofia do direito, pensar o direito, sistemas e problemas. Concepções de direito: Escolas naturalistas (positivistas e histórico-sociológicas), concepções formalistas ou positivistas, concepções idealistas ou naturalistas, concepções histórico-sociológicas. O pluralismo jurídico.

A pesquisa jurídica: o que é cientificidade. A transformação de um assunto da atualidade em tema científico.

A construção da teoria. As normas técnicas para confecção de trabalhos acadêmicos e da monografia jurídica. Preparação para definir o tema do projeto de Monografia Jurídica.Normas ABNT.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

FACHIN, Odília. Fundamentos de Metodologia. São Paulo: SARAIVA 2003.

LEITE, Eduardo de Oliveira. A monografia jurídica. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria – Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: ATLAS, 2003.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1983

CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. São Paulo 2ª Ed. Cortes, 1995.

COSTA, Cristina. Sociologia: Introdução à Ciência da Sociedade. 2ª Ed. São Paulo: Moderna, 1997.

GIL, Antônio Carlos, Como elaborar projetos de pesquisa. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 1991.

KOCHE, José Carlos. Fundamentos da metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

MORIN, Edgar. Ciência com consciência. Portugal, 1992.

Curso: Direito Período: 1º

Disciplina: **SOCIOLOGIA JURÍDICA**

Créditos: 4 Carga Horária: 60h/a

**CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS:**

1. Surgimento e formação da sociologia;
2. Ciências sociais e sociologia;
3. Conceito básico em sociologia.
4. Grupos e instituições sociais;
5. Teorias e métodos sociológicos.
6. Estrutura social, controle e mudança social;
7. Sociologia aplicada: Problemas sociais;
8. O direito como produto social;
9. A realização da ordem jurídica.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

MACHADO NETO, Antônio Luís. Sociologia jurídica. São Paulo: Saraiva 1987.

OLIVEIRA, Pérsio Santos de. Introdução à Sociologia. Última edição. São Paulo: Ática, 2002.

SCURO NETO, Pedro. Sociologia geral e jurídica: introdução à lógica jurídica, instituições do direito, evolução e controle social. São Paulo: Saraiva, 2009.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

COSTA, Maria Cristina. Sociologia: introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 1997.

DURKHEIM, Emile. Lições de sociologia. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

\_\_\_\_\_\_\_\_. As regras do método sociológico. São Paulo: Martin Claret, 2001.

GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

LUHMANN, Niklas. Sociologia do direito I. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

\_\_\_\_\_\_\_\_. Sociologia do direito II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

MARX, Karl. O capital. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. O contrato social. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

UNGER, Roberto Mangabeira. A sociedade liberal e seu direito. In: Sociologia e direito: textos básicos para a disciplina de sociologia jurídica. Organizado por Cláudio Souto e Joaquim Falcão. São Paulo: Pioneira, 1999.

WEBER, Max. Ensaios de sociologia. São Paulo: LTC, 1982.

Curso: Direito Período: 2º

Disciplina: **DIREITO CIVIL I**

Créditos: 04 Carga Horária: 60h/a

**CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS:**

1. Noções preliminares de Direito.
2. Direito Objetivo e Subjetivo.
3. Ramos do Direito Público
4. Direito Privado.
5. Código Civil.
6. Histórico e Divisão.
7. Lei de Introdução ao Código Civil.
8. As Leis,
9. Costumes,
10. Analogia
11. Princípios Gerais do Direito.
12. O Nascimento das Leis.
13. Fases de Legislação.
14. Pessoas. Personalidade Jurídica.
15. Capacidade e Incapacidade.
16. Atos do Registro Civil (Lei 6.015).
17. Domicílio.
18. Nome.
19. Pessoa Jurídica.
20. Natureza Jurídica.
21. Classificação.
22. Bens,
23. Conceito e Classificação.
24. Os Bens no Código Civil Brasileiro.
25. Fato Jurídico,
26. Negócio Jurídico,
27. Plano de Existência
28. Validade do Negócio Jurídico,
29. Defeitos do Negócio Jurídico,
30. Invalidade do Negócio Jurídico,
31. Plano de Eficácia do Negócio Jurídico,
32. Prova do fato Jurídico,
33. Ato Ilícito,
34. Prescrição e Decadência.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil brasileiro: teoria geral do direito civil. São Paulo: Saraiva 2002;

MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de Direito Civil: parte geral. v.1. São Paulo: Saraiva 2001;

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil*:* parte geral. São Paulo: Atlas, 2003.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMETAR:**

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito civil. São Paulo: Saraiva 2003-2004.

MIRANDA, Pontes de. Tratado de direito privado . Campinas: Bookseller, 2002.

PEREIRA Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil. Rio de Janeiro: Forense, 2002-2005.

RODRIGUES, Sílvio. Direito civil. 34. ed. São Paulo: Saraiva, 2002-2003.

SANTOS, J. M. de Carvalho. Código civil brasileiro interpretado. 10. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1963.

Curso: Direito Período: 2º

Disciplina: **FILOSOFIA JURÍDICA**

Créditos: 04 Carga Horária: 60h/a

**CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS:**

1. Direito Natural.
2. Utilitarismo Jurídico. Liberalismo Jurídico. Positivismo Jurídico. Socialismo Jurídico.
3. Relativismo Jurídico. Pragmatismo Jurídico.
4. Existencialismo Jurídico. Humanismo Jurídico.
5. A teoria da Norma Jurídica.
6. Homem Jurídico.
7. As Concepções Filosófico-ideológicas sobre o Direito.
8. Jusnaturalismo. Juspositivismo.
9. A Transformação Dialética da Criação do Direito.
10. Direito e a Equidade. As categorias e os modelos jurídicos.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

ADEODATO, João Maurício. Filosofia do Direito. SP. Ed. Saraiva

BITTAR, Eduardo C.B. e ALMEIDA, Guilherme Assis, Curso de Filosofia do Direito, 4º Edição Ed. Atlas.

STRECK, Lênio Luiz. Hermenêutica jurídica e(m) crise. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Jurisdição constitucional e hermenêutica: uma nova crítica do direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BOSON, Gerson de Britto Mello. Filosofia do Direito: interpretação. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

BOBBIO, Norberto. O positivismo jurídico: lições de Filosofia do Direito. São Paulo: Icone, 1995.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Direito e Estado no Pensamento de Emanuel Kant. Brasília: UNB, 1979.

CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 1994.

CLEVE, C. Merlin. O Direito e os direitos. São Paulo: Acadêmica, 1988. COTRIM, Gilberto. Fundamentos de Filosofia. Ed. Saraiva, 9 Ed., 1994, SP

ENGISCH, Karl. Introdução ao Pensamento Jurídico. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1977.

HAUI, Marilena. Convite à Filosofia. Ática, 4Ed. 1995, SP

BENINCÁ, Elli. Introdução à Filosofia . 8 Ed. UPF, 1990, Passo Fundo

SANTO AGOSTINHO. In Os Pensadores. Ed. Abril Cultural, 1980 SP

HEGEL. In Os Pensadores. Ed. Abril Cultural, 1980 SP

MONTORO, André Maurício. Estudos de Filosofia do Direito. SP: Ed. Saraiva GALVES, Carlos N. Manual de Filosofia do Direito. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

REALE, Miguel. Filosofia do Direito. 10. ed. atual. São Paulo: Saraiva 1983.

Curso: Direito Período: 2º

Disciplina: **DIREITO CONSTITUCIONAL I**

Créditos: 04 Carga Horária: 60h/a

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

1. Direito Constitucional:
2. Noções gerais;
3. Conceito;
4. Finalidades e importância.
5. Relação do Direito Constitucional com os outros ramos do Direito.
6. Princípios e Fontes do Direito Constitucional.
7. História do Direito Constitucional.
8. Supremacia da Constituição:
9. Tipologia;
10. Fundamentos das Constituições.
11. Democracia política e social:
12. Representação política.
13. O Poder Constituinte:
14. Origem;
15. O pensamento de Sieyés.
16. A essência da constituição:
17. Conteúdo normativo-político.
18. As normas constitucionais:
19. Graus e eficácia.
20. O Sistema constitucional brasileiro:
21. Antecedentes do constitucionalismo;
22. Evolução;
23. Análise das constituições brasileiras;
24. Principais aspectos.
25. Os direitos fundamentais na constituição de 1988.
26. Interpretação das normas constitucionais.
27. Os sistemas de controle.
28. A organização do Estado:
29. A federação - conceito;
30. Mecanismo da federação;
31. A União;
32. Os Estados-Membros;
33. Os municípios;
34. Aspectos históricos e culturais de 1891;
35. O poder constituinte dos Estados e Municípios
36. Análise

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros, 2004.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 41 ed. atual. e ampliada. São Paulo: Saraiva 2010.

LENZA. Pedro. Direito Constitucional esquematizado. 13.ed. São Paulo: Saraiva. 2009.

MORAES, Alexandre de. Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional. São Paulo: Atlas, 2009.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

ALEXY, Robert. Constitucionalismo discursivo. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito constitucional e teoria da constituição. 7 ed. Coimbra: Almedina, 2003.

COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de direito constitucional. 28 ed. São Paulo: Saraiva 2002.

HABERLE, Peter. A sociedade aberta dos intérpretes da Constituição: Contribuição para a Interpretação Pluralista e Procedimental da Constituição. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1997.

HESSE, Konrad. A força normativa da constituição. Tradução de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Fabris, 1991.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional esquematizado. São Paulo: Saraiva 2008. MENDES, Gilmar Ferreira. Curso e direito constitucional. 2 ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva 2008.

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 23 ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de direito constitucional. 21 ed. São Paulo: Saraiva 2000.

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros, 2004.

**OUTRAS REFERÊNCIAS:**

sites importantes na área de conhecimento e software

multimeios (CDs, DVDs, CDs-ROM )

base de dados (eletrônicos e/ou online)

periódicos (jornais, revistas,informativos)

maiores eventos da área (conferências, jornadas, seminários, etc.)

Curso: Direito Período: 2º

Disciplina: **DIREITO PENAL I**

Créditos: 04 Carga Horária: 60h/a

**CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS**

1. Introdução à teoria do delito.
2. Princípios constitucionais penais.
3. Relação de causalidade.
4. Concurso de pessoas: autoria e participação.
5. Concurso de crimes.
6. Direito penal no Estado moderno.
7. Direito Penal e Estado Democrático de Direito.
8. Direito penal e sistemas penais.
9. Norma penal. Aplicação da lei penal.
10. Crime. Fato típico.
11. Conduta humana.
12. Resultado. Nexo de causalidade.
13. Tipo e tipicidade.
14. Antijuridicidade.
15. Exclusão da antijuridicidade.
16. Culpabilidade: elementos e exclusão.
17. Concurso de agentes.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

BITENCOURT, Cezar Roberto. Manual de Direito Penal: parte geral. São Paulo: RT, 2000.

CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2001 FERRAJOLI, LUIGI.: Derecho e Razón: Teoria del garantismo penal. Valladolid. 1998

NUCCI, Guilherme de Souza. Código Penal Comentado. São Paulo. Revista dos Tribunais, 2003.

TOLEDO, Francisco de Assis. Princípios Básicos de Direito Penal. São Paulo: Saraiva 1999.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl e PIERANGELI, José Henrique. Manual de Direito Penal brasileiro. São Paulo: RT, 2002.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

COSTA JR., Paulo José. Curso Completo de Direito Penal. São Paulo: Saraiva 1999.

DELMANTO, Celso. Código Penal Comentado. 3ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

GOMES, Luiz Flávio. Erro de tipo e erro de proibição: e a evolução da teoria causal- naturalista para a teoria finalista da ação. São Paulo: RT, 1992.

JÚNIOR, Paulo José da Costa. Comentários ao Código Penal. São Paulo. Saraiva. 2002.

LUISI, Luiz. Os Princípios Constitucionais Penais. Porto Alegre: Fabris, 1991.

NUCCI, Guilherme de Souza. Código Penal Comentado. São Paulo. Revista dos Tribunais. 2002.

TOLEDO, Francisco de Assis. Princípios básicos de Direito Penal. Saraiva. 2002. THUMS, Gilberto. Código Penal Anotado: abordagem objetiva – Porto Alegre. Sapiens. 2010

**OUTRAS REFERÊNCIAS:**

sites importantes na área de conhecimento e software

multimeios (CDs, DVDs, CDs-ROM )

base de dados (eletrônicos e/ou online)

periódicos (jornais, revistas,informativos)

maiores eventos da área (conferências, jornadas, seminários, etc.)

Curso: Direito Período: 1º

Disciplina: **INTRODUÇÃO À CIÊNCIA DO DIREITO**

Créditos: 4 Carga Horária: 60h/a

|  |  |
| --- | --- |
| **CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS:** 1. Direito e Sociedade
 |  |

* 1. Noções de Direito: direito como condição de possibilidade de regramento social
	2. Definição de Direito
	3. Direito, Estado e Sociedade na Modernidade e na sociedade contemporânea
	4. Direito natural e direito positivo
	5. Considerações acerca da Ciência jurídica

1. Conceitos Fundamentais de Teoria Jurídica
	1. O Direito e as demais normas sociais
	2. A Norma Jurídica
	3. Fontes do Direito: um sistema hierárquico e escalonado (Princípios e regras)
	4. O ato e o seu significado jurídico. O sentido objetivo e o sentido subjetivo do ato

1. Hermenêutica Jurídica
	1. A aplicação do Direito
	2. Métodos de interpretação do Direito
	3. A lei no tempo e no espaço - lacunas e antinomias
	4. Integração do ordenamento jurídico

1. Relação Jurídica
	1. Tutela das relações jurídicas
	2. Distinção entre direito objetivo e direito subjetivo
	3. Sujeito de Direito, pessoa natural e pessoa jurídica

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

BOBBIO, Norberto. O positivismo jurídico: lições de filosofia do direito. São Paulo: Ícone, 1995.

COELHO, Fábio Ulhoa. Para entender Kelsen. 2.ed. São Paulo: Max Limonad, 1997. WARAT, Luis Alberto. Introdução ao Estudo do Direito I: interpretação da lei, temas para uma reformulação. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris,1994.

NUNES; Rizzatto; Manual de Introdução ao Estudo do Direito. 9ª Edição. Editora Saraiva. 2009.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca; ALMEIDA, Guilherme Assis de. Curso de filosofia do direito. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2002

BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. Trad. Carlos Nelson Coutinho. RJ: Campus, 1992. --------.

Dicionário de Política. 10 ed. Trad. Carmem C. Varriale et alii. Brasília: Editora UNB, vol. I e II, 1997.

--------. O Positivismo Jurídico. Trad. Márcio Pugliesi et alli, São Paulo: Ícone, 1995. --------. Teoria do Ordenamento Jurídico. Trad. Maria Celeste C. L. dos Santos. Brasília, Ed. UNB, 1989.

CAENEGEM, R.C. Van. Uma Introdução Histórica ao Direito Privado. Trad. Carlos Eduardo machado. Martins Fontes: SP, 1995.

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil. Vol. I. Teoria Geral do Direito Civil. Saraiva. 1992.

--------. Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro Interpretada. São Paulo: Saraiva, 1997.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003..

FÚHRER, Maximilianus C. A. , ÉDIS, Milaré. Manual de Direito Público e Privado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.

GALVES, Carlos. Manual de filosofia do direito. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002 HERKENHOFF, João Batista. Instituições de Direito Público e Privado. São Paulo. Editora Acadêmica. 1992.

KELSEN, Hans. Teoria pura do direito. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. KELSEN, Hans. O problema da justiça.. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. MENDES, Luiz Carlos da Costa. Pequeno Dicionário de Conceitos Jurídicos. Faculdade de Direito de Rondonópolis. 1997.

NADER, Paulo. Introdução ao estudo do direito. 24. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004. WOLKMER, Antonio Carlos. Introdução ao Pensamento Jurídico Crítico. São Paulo: Acadêmica, 1995.

DIMOULIS; Dimitri. Manual de Introdução ao estudo do Direito. Editora Revista dos Tribunais Ltda. 2003.

DINIZ; Maria Helena. Compêndio de Introdução à Ciência do Direito. 17ª Edição. Editora Saraiva. 2005.

**OUTRAS REFERÊNCIAS**

sites importantes na área de conhecimento e software

multimeios (CDs, DVDs, CDs-ROM )

base de dados (eletrônicos e/ou online)

periódicos (jornais, revistas,informativos)

maiores eventos da área (conferências, jornadas, seminários, etc.)

Curso: Direito Período: 1º

Disciplina: **HISTÓRIA DO DIREITO**

Créditos: 2 Carga Horária: 30h/a

**CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS:**

* 1. Apresentação da cadeira, sociedades punitivas
	2. Direito e justiça na antiguidade: Introdução
	3. Direito na Grécia
	4. Direito na Roma Clássica
	5. Continuação do tópico anterior
	6. Direito Medieval e a Dogmática canônica
	7. Continuação do tópico anterior
	8. Sociedade Feudal e Ordens Jur. Medievais
	9. Direito Romano
	10. Inquisição e Igreja
	11. Direito e Sociedade Moderna: Introdução
	12. Fatores determinantes do Direito Moderno: Revoluções modernas
	13. Primeira verificação da cadeira (Entrega de Trabalho)
	14. Positivação dos Direitos e as grandes codificações
	15. Justiça e Tribunais no Brasil Colonial: Introdução
	16. Magistrados: Primeiras Escolas de Direito no Brasil
	17. Perfil Ideológico do Bacharelismo Jurídico Nacional
	18. Novos Direitos e Globalização
	19. Segunda Verificação da cadeira (Entrega de Trabalho)

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

BITTAR, Eduardo C. B. A história do direito brasileiro. Atlas 2003

REALE, Michel. Horizontes do Direito na história. Max. Limonad, 2002 WOLKMER, Antonio Carlos. Fundamentos da história do direito, 2002 Complementar:

MACEDO, Silvio de. História do pensamento jurídico. Fabris 1997

KLABIN, Aracy Augusta Leme. História geral do direito. Revista dos tribunais 2004

Curso: Direito Período: 1º

Disciplina: ECONOMIA POLÍTICA

Créditos: 4 Carga Horária: 60h/a

|  |  |
| --- | --- |
| **EMENTA:**  |  |

O Empresário e a Empresa, Noções de Empresário, Características de Empresário, Noções de Empresa, Espécies de Empresa, Concentração, Diversificação, Congelamento de empresa, Empresa Holding, Fusão, Consórcio de Empresa, Truste, Economias de Escalas, Repartição e Distribuição de rendas, Salário, Lucro, Juro, Aluguel, Moeda, Comércio, Inflação, e Escalas Econômicas.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

1. Empresário e a Empresa:
2. Noção de Empresário
3. Características do Empresário
4. Noção de Empresa
5. Espécies de Empresas: Empresas Individuais e Coletivas;
6. Pequena, Média e Grande Empresa; Empresas:
7. Rural, Industrial, Comercial, de Serviços, Artesanal e Cooperativa.
8. Empresas Privadas Individuais e Sociedades;
9. Empresas Públicas: Gestão Direta, Concessão,
10. Autarquias, Economia Mista, Públicas Comerciais ou Industriais,
11. Entidades Paraestatais;
12. Empresas Nacionais, Internacional,
13. Transnacional,
14. Supranacional e Multinacional.
15. Concentração de Empresas
16. Diversificação de Empresas.
17. O Conglomerado de Empresas.
18. A Empresa Holding.
19. A Fusão de Empresas
20. As Combinações de Empresas: Corner - Pool - Cartel e Combines.
21. O Consórcio de Empresas
22. O Truste.
23. As Economias de Escala
24. A Repartição de Rendas
25. A Distribuição ou Repartição
26. O Salário: Noção de Salário - Características e Classificação
27. O Lucro: Noção do lucro, Identificação do Lucro,
28. Lucro Bruto e Lucro Puro - Leis sobre o Lucro.
29. O Juro: Noção de Juro,
30. Características do Juro, Taxa de Juro, Correção Monetária e Anatocismo.
31. O Aluguel, O Leasing e o Renting: Noção Geral,
32. Diferenças e vantagens e Desvantagens.
33. A Circulação:
34. A Demanda, a Oferta, a Lei da Oferta e da Procura, a circulação e a Lei.
35. A Moeda ,
36. Pequeno Histórico da Moeda
37. Noção de Moeda
38. Funções da Moeda
39. Espécies da Moeda
40. O Comércio
41. Noção de Comercio
42. Espécie de Comércio
43. Agentes Comerciais
44. Inflação, Deflação, Hiperinflação, Estagflação e Estabilidade da Moeda
45. Privatização
46. Noções Gerais
47. Vantagens e Desvantagens
48. As Privatizações no Brasil
49. As Escolas Econômicas e Principais Teorias:
50. Especialmente: Marx e a Teoria da Mais valia,
51. Malthus e a Teoria da População e as Teorias de Keynes.
52. O Produto Interno Bruto (PIB):
53. Crescimento e Distribuição
54. O Papel do Estado na Economia
55. A Economia Globalizada.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

GASTALDI, J. Petgrelli. Elementos de Economia Política. 19ª ed. São Paulo. Saraiva. 2006.

GREMAUD, A. P....[et all]; PINHO, D. B. & VASCONCELOS, M. A. S.(org) Manual de Economia. 4ª ed. São Paulo: Saraiva 2003.

HILBRONER, Robert. História do Pensamento Econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

NUSDEO, Fábio. Curso de Economia: Introdução ao Direito Econômico. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1997.

ROSSETTI, J. P. Introdução à Economia. 19ª ed. São Paulo: Atlas, 2002. VASCONCELLOS, Marco A. Economia: micro e macro. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

VASCONSELOS, M. A. S de & TROSTER. R. L. Economia Básica. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

FONSECA, João Bosco L. da. Direito Econômico. 2ª ed. Rio de Janeiro: FORENSE, 1998.

GONÇALVES, Reinaldo. Globalização e Desnacionalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GREMAUD, Amaury P. Economia Brasileira Contemporânea. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HUNT, E. K. História do Pensamento Econômico. Rio de Janeiro: Campus, 2000. NAPOLEONI, C. Curso de Economia Política. 4ª ed. Rio e Janeiro: Graal, 1998. PASSOS, Carlos R. M. e NOGAMI, Otto. Princípios de economia. 4ª ed. ver e ampl. São Paulo; Thompson, 2003.

POCHMANN, Márcio e AMORIM, Ricardo. Atlas da Exclusão Social no Brasil. 2ª ed. São Paulo: CORTEZ, 2003.

ROSSETTI, José P. Introdução à economia. 17 ed. São Paulo: Atlas, 1997. SINGER, P. Curso de Introdução à Economia Política. 14ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

TIMM, Luciano B. (org). Direito & Economia. 2 ed. Rev e atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008.

ZILBERSZTAJN, Décio e SZTAJN, Rachel. (org). Direito e Economia. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2005.

Curso: Direito Período: 1º

Disciplina: **CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA GERAL DO ESTADO**

Créditos: 4 Carga Horária: 60h/a

**CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS:**

1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO ESTADO:
	1. Estado Absolutista,
	2. Estado Liberal,
	3. Estado Social,
	4. Estado Constitucional,
	5. Estado Democrático;

1. A IMPORTÂNCIA DA CIÊNCIA POLÍTICA; DEFINIÇÕES DE POLÍTICA, O **ÂMBITO DA VIDA POLÍTICA:**
	1. Consenso e Democracia
	2. Comando e Obediência
	3. Legalidade e Legitimidade
	4. O Poder e a Dominação
	5. O Processo Político Democrático e a Luta pelo Poder;

1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PENSAMENTO POLÍTICO
	1. Os Conservadores
	2. Os Revolucionários
	3. Os Reformistas;
2. REGIMES POLÍTICOS DEMOCRÁTICOS
	1. Democracia Clássica
	2. Democracia Representativa
	3. Democracia Participativa;

1. PARTIDOS POLÍTICOS

* 1. Conceito
	2. Sistemas Partidários
	3. Partidos Orgânicos e Partidos de Quadros;

1. PRINCÍPIOS E SISTEMAS ELEITORAIS
	1. Sufrágio Universal
	2. Eleições Diretas e Indiretas
	3. Sistemas Eleitorais
	4. Majoritário
	5. Proporcional
	6. Sistemas Eleitorais no Brasil;

1. INSTITUIÇÕES DA DEMOCRACIA MODERNA
	1. Sufrágio
	2. Referendo
	3. Plebiscito
	4. Noção de Sociedade e Estado
	5. Formas de Estado e de Governo.
	6. Função Social do Estado Contemporâneo.
	7. O Constitucionalismo como Movimento Político e Jurídico.
	8. Origem Revolucionária da Constituição
	9. A Legitimação do Poder Estatal via Constituição.
	10. O Poder Constituinte.
	11. O Pensamento Político-Jurídico de Sieyès.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

MIRANDA, Jorge. Teoria do Estado e da Constituição. Rio de Janeiro: Forense. 2002.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

ARISTÓTELES. Política. Brasília : Editora da UnB, 1997.

BEDIN, Gilmar Antônio. Os direitos do homem e o neoliberalismo. Ijuí: Ed.Unijuí, 1997.

BENDIX, Reinhard. Construção Nacional e Cidadania. SP: EdUsp, 1996.

BOBBIO, Norberto. Liberalismo e Democracia. SP: Editora Brasiliense, 1988.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. A era dos Direitos . RJ: Campus, 1992.

BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. RJ/SP: Editora Forense, 1976.

BOURDIEU, Pierre. O poder Simbólico. Lisboa: Difel, 1989.

CARNOY, Martin. O Estado e Teoria Política. Campinas: Editora Papirus, 1986.

CORRÊA, Darcísio. A construção da cidadania: reflexões histórico políticas. 4º Edição. Ijuí:UNIJUÌ. 2006.

CHÂTELET, François; PISIER-KOUCHNER, Évelyne. História das idéias políticas. RJ: Jorge Zahar Editor, 1997.

DUVERGER, Maurice. Sociologia Política. RJ: Forense, 1968.

GRAMSCI, Antonio. Obras escolhidas. SP: Martins Fontes, 1978.

GRUPPI, Luciano. Tudo começou com Maquiavel . Porto Alegre: Editora L&PM, 1980.

KELSEN, Hans. O que é justiça? SP: Martins Fontes, 1997.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. A democracia. SP: Martins Fontes, 1993.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.Teoria pura do Direito. SP: Martins Fontes, 1998.

LEFORT, Claude. A invenção democrática: os limites do totalitarismo. SP: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Pensando o político: Ensaios sobre democracia, revolução e liberdade. RJ: Paz e Terra, 1991.

MACHIAVELLLI, Niccolo. O príncipe e dez cartas. Brasília: Editora UnB, 1992.

OFFE, Claus. Problemas estruturais do Estado Capitalista. RJ: Tempo Brasileiro 1984.

POULANTZAS, Nicos. O Estado em crise. RJ: Graal, 1977.

PORTELLI, Hugues. Gramsci e o bloco histórico. RJ: Paz e Terra, 1977.

PRÉLOT, Marcel. A Ciência Política. SP: Difusão Européia do Livro, 1964.

RIBEIRO, João Ubaldo. Política: quem manda, por que manda, como manda. RJ: Nova Fronteira, 1998.

ROUSSEAU, Jean Jacques. O Contrato Social. SP: Cultrix, 1978.

SCHWARTZENBERG, Roger-Gérad. Sociologia Política. SP/RJ: Difel, 1979.

SORAUF, Francis J. Iniciação ao Estudo da Ciência Política. RJ: Zahar Editores, 1967.

STUART MILL, John. Considerações sobre o governo representativo. Brasília: Editora da UnB, 1981.

TOURAINE, Alain. Crítica da modernidade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

WARAT, Luis Alberto. Introdução geral ao direito: a epistemologia jurídica da

modernidade. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 1995.

Curso: Direito Período: 1º

Disciplina: **ANTROPOLOGIA JURÍDICA**

Créditos: 2 Carga Horária: 30h/a

**EMENTA:**

Antropologia e Cultura. Antropologia Jurídica e suas aplicações. Etnologia. Alteridade. Tolerância. Pluralismo Jurídico. Movimentos Étnico-Culturais. Antropologia e Direitos Humanos. Antropologia e Criminologia.

**OBJETIVOS:**

Proporcionar aos alunos os instrumentos teóricos necessários para a compreensão da relação da Antropologia com o Direito. Instrumentalizar o corpo discente para analisar e interpretar a realidade social em suas dimensões antropológicas, possibilitando uma compreensão crítica do ser humano em sua relação com a herança cultural e as constantes transformações da sociedade, desenvolvendo a concepção de cultura como construção simbólica.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

1. DA ANTROPOLOGIA A ANTROPOLOGIA JURÍDICA
	1. Definição de Antropologia. Antropologia e Cultura: Antropologia Social e os estudos sobre a diversidade cultural.
	2. O significado do termo cultura: senso comum e científico.
	3. As principais características da cultura como visão de mundo: herança cultural e plano biológico, participação dos indivíduos na cultura, a lógica cultural.
	4. Antropologia Jurídica.
2. A ANTROPOLOGIA DA DIFERENÇA E DO PLURALISMO
	1. Etnologia.
	2. Alteridade.
	3. Tolerância.
	4. Pluralismo Jurídico: O pluralismo jurídico como direito ao próprio direito;
	5. Movimentos Étnico-Culturais.
3. A FAMÍLIA E O DIREITO
	1. Evolução histórica do Direito de Família
	2. AS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES ESTRUTURAIS DO DIREITO DAS FAMÍLIAS
	3. VISÃO PLURALISTA DA FAMÍLIA
	4. Heterossexualidades e homossexualidades diante do contexto sócio-jurídico atual União Homossexual.
	5. Homofobia
4. ANTROPOLOGIA JURÍDICA E SUA CONEXÃO COM OUTROS SABERES
	1. Antropologia e Direitos Humanos: Direitos humanos e ética numa perspectiva multicultural. Panorama histórico da emergência dos direitos humanos como tema na agenda internacional
	2. Antropologia e Criminologia: encontro entre os saberes antropológico, médico e jurídico – antropologia criminal.
	3. Antropologia e o Estatuto da Criança e do Adolescente: violência, pobreza e desigualdade.
	4. Temas para seminários de pesquisa e discussão: O Brasil das Cotas e a Alemanha Nazista. Artigo do professor André Luis Ferreira. Publicado na revista Mídia Jurídica (maio e junho 2012).
	5. Dias, Maria Berenice. A evolução da família e seus direitos. Disponível em: [www.mariaberenice.com.br](http://www.mariaberenice.com.br)
	6. HOPPE, Marcel. "A Questão da Violência," in "Indiferença - Derrube este muro", Anais do Seminário da Criança e do Adolescente, Associação dos Procuradores do Município de Porto Alegre, p. 19, 1996.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

ÁRIÉS, Philippe. História social da criança e da família. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1981.

COMPARATO, Fabio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos.* 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

FARIA José Eduardo (Org). Direito e Justiça: a função social do judiciário. São Paulo: Ática, 1989.

GEERTZ, Clifford. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Tradução de Vera Melo Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LAPLANTINE, François. Aprender antropologia. São Paulo: Brasiliense, 2000. LOMBROSO, Césare. O Homem Delinqüente. Tradução, atualização, notas e comentários. Maristela Bleggi Tomasini e Oscar Antônio Corbo Garcia. Porto Alegre. Ricardo Lenz, 2001.

LARAIA, R. Cultura: um conceito antropológico. 13. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar; 2000.

MERCIER. Paul. História da antropologia. São Paulo: Moraes, 1974.

MORIN, Edgar; KERN, Anne B. Terra-Pátria. Porto Alegre: Sulina, 1995.

SHIRLEY, Robert Weaver. Antropologia Jurídica. São Paulo: Saraiva 1987. HERKENHOFF, João Baptista. Para onde vai o Direito? Reflexões sobre o papel do direito e do jurista. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

Coletânea de acórdãos, artigos e capítulos de livros indicados em sala de aula.

Supremo Tribunal Federal. www.stf.jus.br

Blog “Direitos Fundamentais”: http://direitosfundamentais.net/

*sites* importantes na área de conhecimento e *software*

multimeios (CDs, DVDs, CDs-ROM )

base de dados (eletrônicos e/ou *online*)

periódicos (jornais, revistas,informativos)

maiores eventos da área (conferências, jornadas, seminários, etc.)

.